

Acta nº2/2007

Aprovada em 1/10/2007

**ACTA DA SEGUNDA SESSÃO
ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE COIMBRA
REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE
ABRIL DE DOIS MIL E SETE**

No dia vinte e três de Abril de dois mil e sete, teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra, a segunda sessão ordinária de 2007 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;

Ponto 2 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2006:

a) Câmara Municipal de Coimbra;

b) Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

Ponto 3 - Contratação de empréstimo a médio/longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2007;

Ponto 4 - Optimização do empréstimo para o Estádio Municipal/Euro 2004/Operação de refinanciamento;

Ponto 5- Desafectação do domínio público municipal de uma parcela de terreno na Lomba do Chão do Bispo-freguesia de Santo António dos Olivais - votação;

Ponto 6- Desafectação do domínio público municipal de uma parcela de terreno no Nó das Lages - Santa Clara;

Ponto 7 – Cedência de terrenos em direito de superfície:

a) Parcela de terreno na freguesia de Santo António dos Olivais à Associação Cultural e Recreativa de Coimbra;

b) Parcela de terreno na freguesia de Santo António dos Olivais à A.P.P.C. (Núcleo Regional do Centro);

c) Parcela de terreno no Alto de S. Miguel-Igreja do Ingote - Eiras;

Ponto 8 - Permuta de duas parcelas de terreno 2 e 2A do IC3-Nó da Boavista/E.N.17;

Ponto 9 - Regulamento de Gestão do Parque Industrial de Taveiro;

Ponto 10 - Regulamento do Parque Municipal de Campismo;

Ponto 11 - Suspensão Parcial do Plano Director Municipal e Medidas Preventivas/Plano Pormenor da Estaco e Zona Envolvente - rectificação da deliberação;

Ponto 12 - Atribuição Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Professor Doutor Rui Alarcão.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Da Bancada “Por Coimbra” (PPD-PSD-CDS-PP-PPM):

Manuel Carlos Lopes Porto, José Manuel Oliveira Alves, Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz, Vasco Jorge Antunes da Cunha, João Manuel Serpa Oliva, Luís Miguel Lopes Correia, António Moisés Geraldês da Silva João Francisco Lencastre Campos, António Manuel Cortes, Ricardo José Jesus Cândido, João Paulo Barbosa de Melo, Maria Helena Moura Ramos, Paulo Luís da Cunha Almeida, Carlos Alberto Nunes da Silva.

Presidentes de Junta: Victor Manuel Martins Costa, Maria Palmira Pedro, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Ângelo Mendes Dias, Lino Gomes Branquinho Trovão, José Augusto Gomes da Silva Simão, António Pinto

dos Santos, Luís Miguel da Vinha, Manuel Joaquim Peixoto Ferreira, Antonino Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, José Maria Gaspar Barroca, Ricardo Luís Morais Rodrigues e Artur Jorge de Almeida da Cunha Ferreira.

Da Bancada do Partido Socialista (PS):

Martim Ramiro Portugal Ferreira, Isabel Maria Nobre Vargues, Abílio Vassalo de Abreu, Maria do Carmo Correia Santos, Maria Ângela Pinto Correia, Carlos Manuel Dias Cidade, Mário Manuel Teixeira Ruivo, Manuel Cenrada Guinapo, Carla Andrea dos Reis Violante e José Manuel Ferreira da Silva.

Presidentes de Juntas de Freguesia: Diamantino Jorge, Filipe Manuel Monteiro Vaz, Alfredo Manuel de Figueiredo Pereira, Júlio da Costa Retroz, Arménio Nabo Ferraz, Jorge Manuel Costa Veloso, José Carlos Santos Clemente e José António Oliveira Cortesão.

Faltou justificadamente o deputado municipal João André Tralhão

Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):

Fernando Jaime Alves Martinho, João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Margarida Maria Rodrigues Viegas, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca, e José Miguel Pacheco Gonçalves

Presidentes de Juntas de Freguesia: Jorge Espirito Santo Mendes, Carlos Alberto de Sousa Ferreira, Victor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e António Manuel Teles Cardoso.

Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):

Maria Manuela Nobre Rodrigues e Serafim José dos Santos Duarte.

Independente

Maria Reina Martin Pimpão

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

Além do Presidente da Câmara Carlos Manuel Sousa Encarnação estiveram presentes os vereadores João José Nogueira Gomes Rebelo, Mário Mendes Nunes, Marcelo Nuno Gonçalves Pereira, Álvaro Santos Carvalho Seco, Maria de Fátima dos Anjos Carvalho e Jorge Filipe de Gouveia Monteiro

MESA:

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto, Maria Ângela Pinto Correia que foi secretariado como Primeiro Secretário e Margarida Rodrigues Viegas, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia abriu a sessão quando eram quinze horas e vinte e sete minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do artº78º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

-Deputado municipal **António Maló de Abreu** pelo período de 10 dias com início a 20 do corrente mês;

-Deputado municipal **Francisco José Batista Veiga** pelo período de 10 dias com início a 19 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PSD) na coligação **“Por Coimbra”** na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – **José Manuel Oliveira Alves e António Manuel Cortes.**

-Deputado municipal **António Reis Marques**, pelo período de 18 dias com início a 14 de Abril corrente;

-Deputado municipal **José Augusto Brito Xavier**, pelo período de 10 dias com início a 16 de Abril corrente;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (PS) “Partido Socialista”, na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – **José Manuel Ferreira da Silva e Maria do Carmo Correia dos Santos.**

Deputada municipal **Catarina Isabel Caldeira Martins**, pelo período de 10 dias com início a 16 de Abril corrente;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesma diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual foi eleito (Bloco de Esquerda) na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra – **Maria Manuela Nobre Rodrigues**

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Eiras apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – **Ângelo Mendes Dias**

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Stº António dos Olivais apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Vogal do Executivo da Junta – **Luís Miguel da Vinha**

O Presidente da Mesa abriu a sessão dizendo que o **Ponto 5- Desafectação do domínio público municipal de uma parcela de terreno na Lomba do Chão do Bispo-freguesia de Santo António dos Olivais** era retirado da Ordem de Trabalhos em virtude do vice-Presidente da Câmara ter comunicado que haviam dados novos no processo que estavam e ser analisados tecnicamente.

Do mesmo modo e a pedido da Assembleia, o **Ponto 12 - Atribuição Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Professor Doutor Rui Alarcão**, foi tratado como primeiro ponto da Ordem do Dia.

Período Antes da Ordem do Dia

Representante do Movimento de Cidadãos de Vil de Matos-Marília Peres:

"Estou aqui, em nome da população desta freguesia, para interpelar aos representantes políticos com assento nesta Assembleia. Ao Bloco de Esquerda, CDU e Partido Socialista, os nossos agradecimentos por terem tido a amabilidade de aceitar o nosso convite para visitar o local onde o Município pretende instalar a Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico de Resíduos Sólidos Urbanos.

Ficaram mais ricos, temos a certeza disso, conheceram um pouco mais este concelho e ouviram-nos, para vós o nosso obrigada.

Para os que não aceitaram, nomeadamente o Sr. Presidente do Município, e os representantes do Partido Social Democrata vai o nosso lamento. Aceitar um convite para qualquer evento, não implica estar obrigatoriamente de acordo com o nome, o tema, ou as motivações.

Muitas vezes essa aumenta cortesia que leva a estar presente ou a fazer-se representar. Assim não o entenderam.

Permite-me deixar no ar as seguintes perguntas:

Quantos de vós conhecem o local?

Quantos em são consciência se podem pronunciar?

No mapa, o local não tem vida, mas a realidade não é essa. A democracia tem destas coisas, permite que uns e outros digam de sua justiça, mas, só o conhecimento cavalo e objectivo de todos os pontos de vista nos dá o direito de ficar contra ou a favor de qualquer causa.

Só quiser-mo enriquecer-vos, acrescentar uma mais valia, não quisemos conquistar adeptos, estejam certos de uma coisa, não nos vão desmobilizar com a vossa postura. Vamos continuar a lutar pelo que nos move a não localização desta unidade de Vil de Matos.

Repito a não localização.

Estamos nesta luta para sairmos vencedores, não vamos baixar os braços rendendo-nos à vossa evidência, mais uma vez obrigada e bom trabalho."

A deputada municipal Maria Reina entregou à Mesa da Assembleia Municipal dois requerimentos para informar que se desvincula do grupo municipal "Por Coimbra". Segunda que não prescinde de tempo de intervenção nas Reuniões ordinárias e extraordinárias nomeadamente na próxima Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Abril.

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Independente)

"Apresento-me hoje, na Assembleia Municipal de Coimbra, como Deputada Municipal, na qualidade de independente

Formalizei junto do Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a desvinculação ao Grupo Municipal "Por Coimbra", assumindo o estatuto de Independente, mas mantendo a minha militância no CDS/PP e posicionando-me de acordo com os princípios e orientações do CDS/PP, em política autárquica.

Não rompo a Coligação. Se alguém o tentar afirmar, será para camuflar, certamente as suas inseguranças ou dar azo às suas conveniências.

Saberão quase todos que formalmente as coligações se extinguem às 19h do dia do acto eleitoral.

Mantêm-se, apenas, acordos de cavalheiros, respeitando princípios do programa que levou à coligação.

Mantenho, porque é essa a minha postura, o princípio da lealdade, mas não o princípio da anulação de um partido em relação a outro.

O CDS é um partido autónomo ao PSD.

O CDS não é o PSD.

Assumo, hoje esta decisão, já prevista e pré anunciada, não por acontecimentos recentes e de todos conhecidos, mas sim porque a separação do CDS/PP da Bancada "Por Coimbra" sem romper o princípio da lealdade, é por mim há muito desejada.

É uma decisão que tomo, não porque a posso tomar; ou porque é normal acontecerem estas situações que a lei prevê.

Tomo esta decisão, sim, porque em consciência, para mim, este é o melhor caminho para o CDS/PP.

É uma posição que não é inédita. O CDS/PP integrou várias coligações pré eleitorais, mas assumiu nessas Assembleias Municipais, o Estatuto de Bancada do CDS.

Aliás, o próprio executivo camarário está identificado pelas siglas dos partidos.

Não tentem retirar destas palavras, uma crítica aos meus 3 colegas do CDS/PP, que tomaram a decisão de ficarem integrados na Bancada “Por Coimbra”.

Nem subentendam, por lhes poder parecer conveniente a alguém, que eu entenda que a sua tomada de posição defende menos interesses do CDS/PP do que a minha. Não pedi a nenhum que me seguisse. Respeito e muito a sua posição, não deixando de me articular com eles, e até com os restantes membros da Bancada, como, ainda ontem o fiz ao participar na reunião preparatória desta Assembleia, como é natural.

Mas da mesma forma que respeito a sua posição, não coagindo ninguém, tenho a certeza que respeitarão a minha opinião, a minha tomada de posição.

O direito à diferença, a tolerância com as minorias, ainda é certamente uma das conquistas de Abril.

Não tomei esta posição por individualismo ou de forma irreflectida. Mas pensem o que querem pensar, o que lhes pediram ou talvez o que os obrigaram a pensar.

Não fui contra os princípios do CDS, nem contra vontades das estruturas nacionais do partido, ou de qualquer Direcção do mesmo.

Articulei, com tempo, com o Gabinete de Apoio aos Autarcas Democrata Cristãos, esta possível tomada de posição, que não pretendíamos isolada.

Tentei, ingloriamente reunir todos os actores deste processo e atempadamente.

Lamento, apenas, que quem tinha responsabilidades, não o tivesse feito.

Em democracia aceitamos a decisão da maioria, por isso não poderei, até porque é tão óbvio, formalmente representar o CDS/PP, nesta Assembleia Municipal, mas não é certamente, por decreto, vontade, capricho ou interesse de alguém que deixarei de ser democrata Cristã.

Eu sei que em Democracia, se respeitam as minorias. Como Democratas Cristãos saberemos conviver.

Passando a independente, com a marca CDS/PP, não fico entregue a mim própria, fico sim entregue às tomadas de posição em nome dos valores e princípio do autarca democrata cristão.

Aliás como sempre o fiz.

Obviamente que não sou ingénua ou desprovida de conhecimentos ou inteligência para não saber não represento o partido nesta Assembleia Municipal. Mas o que sei é que actuarei de acordo com a minha militância, que iniciei em Évora, e essa, queiram ou não queiram, é a cara CDS/PP.

Estou de consciência tranquila, sabendo que estou agir só em nome do CDS; sem qualquer outra motivação.

Como independente, com o cartão de militante do CDS/PP, agirei, nesta Assembleia Municipal, como a mesa postura de sempre.

Respeitadora com os colegas das outras bancadas, aceitando e subscrevendo sempre todas opiniões e propostas, que representem um contributo em prol do município de Coimbra.

Leal com os parceiros da Coligação.

Serenidade, o meu voto [32] não colocará, por amuos, revanchismos ou pressões, em risco decisões vitais para a continuidade deste mandato.

Mantereí sempre as posições até agora assumidas. Votarei, ao lado da Bancada que até hoje integrei, sempre que não estejam em causa princípios e posturas diferentes das que são defendidas pelo autarcas democratas cristãos, sempre que não tenha dúvidas ou problemas de consciência, nalguma matéria, em geral e em matérias educativas, em particular. Até porque essa é a minha área, o resto foram aprendizagens efêmeras.

Assim tranquilize-se a maioria, e desiluda-se a oposição.

Não serei trampolim de ninguém, nem servirei nenhum interesse, não cederei a nenhuma motivação, e muito menos a nenhuma forma de pressão.

Exercerei o meu mandato, como uma militante CDS/PP, mudando apenas o Estatuto para Independente, mas sempre ao serviço dos eleitores e dos munícipes de Coimbra.

É assim que entendo o exercício da política, aquilo que todos sabemos que é a Arte ou Ciência de Governar."

Intervenção do deputado municipal Carlos Cidade (PS):

"Ao analisar a acta da sessão da Assembleia Municipal de 27 de dezembro último, que nos foi entregue, levou-me a interrogar e agora a partilhar convosco esta interrogação, como foi possível esta Assembleia não ter aprovado por apenas um voto a Moção que apresentei em nome da bancada do PS sobre o documento tão importante para o Concelho, como a Carta Educativa.

Mas apesar desta teimosia que pode vir a custar caro, aproveitava a oportunidade para saber qual o ponto da situação sobre a Carta Educativa.

Ou melhor gostava que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, responda em concreto e de forma objectiva, de qual o estado em que está a possível aplicação da Carta Educativa?

Esta pergunta tem a ver com o facto de ela ter que ter a aprovação, ou melhor a homologação, dos serviços dependentes do Ministério da Educação.

A segunda questão tem a ver com a intervenção da munícipe que me antecedeu. De facto para o PS, é claro que o sistema que é proposto é o melhor sistema para o tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Particpei à dias em representação da bancada do PS, a solicitação do seu líder Dr. Reis Marques, na visita ao local em que a Câmara pretende instalar a Unidades de Tratamento Mecânico-Biológico de Resíduos Sólidos Urbanos.

Desde já queria lamentar a ausência nesta visita do Grupo Municipal do PSD e do CDS/PP, e sobretudo do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que concerteza levaria a que muitos de vós tivessem uma opinião diferente da que tem hoje.

Queria também deixar claro que o PS defende para o tratamento dos resíduos urbanos este sistema mecânico-biológico, mas no caso não é essa a questão em discussão.

Pela nossa parte, esta visita só veio confirmar as nossas preocupações, não só pela sua localização, mas também pela qualidade dos solos, como o meu camarada de bancada Prof. Doutor Martim Portugal explicou como sendo incorrecta a sua instalação naqueles terrenos.

Pensava eu, que se iria ver uma área de 36ha completamente abandonada, de um conjunto de terrenos totalmente infestados de silvas, de terrenos sem qualquer qualidade agrícola mas não!

A escolha deste local para instalar aquela Unidade não pode ser a pior. Trata-se dos melhores terrenos de cultivo daquela região e que não estão abandonados, sendo uma importante área de sequeiro, em que predomina a vinha e o olival como referi, solos de excelente qualidade agrícola e sobretudo com uma actividade agrícola muito bem desenvolvida.

O que poderá estar em causa com a instalação da Unidade de Tratamento dos Lixos, é a destruição de uma grande parte de vinhas integradas na Região da Bairrada, classificadas como de qualidade, superior, qualidade essa que resulta das características excepcionais do solo, assim como do microclima local onde estas se desenvolvem.

Estas qualidades dos solos são confirmadas pela existência de uma linha de água, com caudal permanente e não poluído e por um conjunto de nascentes de água limpa e pura, que algumas pessoas utilizam para beber.

Aliás não foi por acaso que a A14 foi desviada do seu projecto inicial de partes daqueles terrenos por estes mesmos motivos, pelo que não se entende, nem se compreende que se venha agora querer construir uma infraestrutura que quer ocupar uma área daquela dimensão num local, que pelas suas boas características levou à construção da A14 noutro local.

Mas aproveito esta oportunidade para colocar a seguinte questão ao Sr. Presidente, sabendo eu que há grupos ambientalistas, que até defendem que a UTMBRU deveria ser localizada no actual local do Aterro Sanitário e que o Sr. Presidente não concorda, e já agora eu também não, mas o Sr. Presidente tem que nos dizer qual o seu argumento, pois o seu argumento é tal e qual o mesmo para que aquela unidade não se instale no Concelho de Coimbra.

Então assim há qualquer coisa que não bate certo, até porque nós olhamos para o Estudo e das únicas fotos lá existentes, o terreno de Vil de Matos só se visualizam habitações, enquanto nos de Andorinha e Souselas, nem terrenos agrícolas se identificam.

Pelo que se sabe, nem a ERSUC tem qualquer tipo de responsabilidade na localização, pois apenas esperam que lhe seja indicado o local e por outro lado, hoje as empresas tem uma Responsabilidade Social que não é só interno, mas também externa.

Mas Sr .Presidente, admitindo que se deixe cair o princípio da rotatividade, há ainda outra questão a ponderar.

Se estamos perante uma unidade industrial, então a sua localização tem que obedecer ao previsto no PDM e situar-se em locais próprios, o que no caso serão todos os outros locais do estudo, menos o que o Senhor Presidente quer impôr.

Mais um deles, para além de ter prevista área para zona industrial, o seu ex-Vice Presidente e actual Vereador Eng^o Pina Prata, até propôs para a revisão do próximo PDM um aumento de área de cerca de 100ha, pelo que não se compreende esta obsessão.

Deixo agora mais alguns argumentos que são incontornáveis e que nada justifica a posição que a Câmara Municipal quer impôr.

Uma terceira questão:

No próximo domingo, é dia de Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Coimbra.

Uma das prendas é uma viatura de combate a incêndios urbanos, que não tem qualquer participação desta Câmara Municipal.

É lamentável, porque se trata de uma viatura que vai ser essencialmente utilizada na malha urbana da cidade.

O Sr. Presidente, na qualidade de responsável pela protecção civil de Coimbra, depois dos acontecimentos do verão de 2005, não deveria considerar um apoio a esta iniciativa aos Bombeiros Voluntários de Coimbra?

Até por que a vinda de tantos automóveis de luxo novos para si e seus vereadores, não deveria ser mais prioritária, do que uma viatura para servir a segurança de bens e pessoas da nossa cidade.

Por outro lado, os Bombeiros Voluntários de Coimbra, possuem hoje, as piores instalações do Distrito de Coimbra e uma das piores a nível nacional.

Para quando a resolução de um problema, que a Câmara Municipal liderada por um socialista, deixou terreno para a construção do Quartel?

É preocupante esta situação, para uma cidade como Coimbra.

Por último uma Moção sobre a IC2 e a Nova travessia do Mondego a jusante da Ponte do Açude, que em nome da bancada do partido Socialista, vos quero apresentar e que desde já passo a ler, com as alterações sugeridas por outros grupos desta Assembleia:

MOÇÃO

SOBRE A IC2- NOVA PONTE SOBRE O RIO MONDEGO

“Para evitar um atentado rodoviário-urbanístico”

Considerando que:

- a via IC2 é absolutamente vital para Coimbra, não se compreendendo o adiamento da sua adjudicação;
- se está na fase para a construção da Via Cintura Sul de Coimbra, conhecida pela ligação do IC2 do Almegue à Cruz Morouços, via que é reivindicada à muito por Coimbra;
- os estudos desenvolvidos pela EP para o Nó que será construído na zona do Almegue e que fará a sua ligação a uma nova travessia do Rio Mondego, a jusante da actual Ponte Açude, dando continuidade àquela via, não prevê qualquer integração com as necessidades do enquadramento urbano;
- na prática será construída uma nova ponte sobre o Rio Mondego, sem qualquer preocupação de integração urbana, eventualmente sem qualquer qualidade arquitectónica, sem preocupação de servir as ligações de acesso a Coimbra, quer na zona norte, quer na margem esquerda;
- face à importância do local, como determinante na concepção urbana, que é uma obra que deverá, pela sua localização, ter preocupações de integração urbana;
- essa integração tem que ter o leito presente o leito do Rio, as duas margens, com os seus espaços verdes, com a Escola Superior Agrária e o Choupal e a sua edificação, nomeadamente no que se refere à interligação com o Projecto das estações com Vida e os estudos já realizados por técnicos consagrados;
- não se pode, nem deve conceber que esta nova ponte seja apenas e exclusivamente de “levar” o tráfego de Norte para Sul e vice-versa, mas sim também conceber as entradas e saídas em ambas as margens, em condições dignas;

O Grupo Municipal do partido Socialista propõe, que a Assembleia Municipal de Coimbra, reunida em sessão Ordinária de 23 de Abril de 2007, decida:

1. Solicitar à Câmara Municipal de Coimbra, o seu empenhamento político e técnico para encontrar com a EP, uma solução urgente, perante a iminente e

sem prejuízo do início imediato da construção da Variante Sul a Coimbra e que pode ser irreversível com prejuízos para a cidade;

2. Que os Nós de ambas as margens, tenham em conta a sua integração com as duas margens e que tenham presente os estudos que existem, nomeadamente na Câmara Municipal de Coimbra para a zona da Estação Velha, assim como os Estudos efectuados no âmbito das estações com Vida.
3. Solicitar ainda à Câmara Municipal de Coimbra, marcar com carácter urgente uma reunião com o Ministro ou Secretário de Estado da tutela, para os efeitos previstos nesta Moção;
4. Que a Assembleia Municipal constitua uma Comissão representativa dos vários grupos municipais, para colaborar com a Câmara Municipal de Coimbra, nestas diligências.”

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

Em relação a esta moção só uma pequena nota, como estamos a tratar de eventualidades que deveremos acautelar como medidas preventivas, não somos nada contra essas medidas preventivas.

Só acho que há uma pequena questão no ponto 3 solicitação à Câmara Municipal de Coimbra se o entender necessário. Eu acho que ou é ou não é! Não se entender necessário.”

Intervenção do deputado municipal José Miguel (CDU):

“A minha intervenção antes do período da ordem do dia, prende-se com duas decisões do Ministério da Agricultura, que prejudicam fortemente o concelho e o distrito de Coimbra e particularmente, quem trabalha no sector Agro-florestal.

A primeira decorre da decisão do Ministério da Agricultura, no âmbito da Restruturação da Administração Central, de concentrar a Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral e Beira Interior numa só Direcção Regional, a localizar em Castelo Branco.

Esta decisão acarreta, desde logo, e na opinião da CDU, três consequências:

A primeira consequência, é os quatro distritos que constituíam a DRA da Beira Litoral deixarem de ter um representante do poder central, representante esse, a quem os agricultores desta região podiam mais facilmente fazer chegar as suas preocupações e reclamações;

A segunda consequência, e apesar do Sr. Ministro o negar, será a deterioração dos serviços prestados ao sector, agravada ainda pela política de excedentes que está a ser levada a cabo pelo Governo;

E a terceira consequência é mais gravosa, prende-se com a necessidade, cada vez mais premente, de termos uma política agrícola local vocacionada para as especificidades da região e de esta decisão caminhar em sentido contrário, uma vez que o que se está a fazer é juntar uma vasta área territorial, que contém enormes diferenças e especificidades ao nível da agricultura praticada.

E isto torna-se ainda mais importante, quando, ao nível do Programa de Desenvolvimento Rural, que irá concentrar as ajudas para a agricultura pecuária e florestas no período de 2007 a 2013, o Sr. Ministro da Agricultura afirmar, que serão as Direcções Regionais a ter um papel fundamental na definição da aplicação das ajudas e que estas terão de concorrer, entre elas, aos subsídios contidos no Programa.

E por isso, a CDU questiona-se:

Será desta forma, com apenas uma DRA e esta localizada em Castelo Branco, que teremos uma aplicação mais ajustada, dos fundos comunitários, às necessidades da agricultura da região centro?

Será que os nossos agricultores estarão em pé de igualdade para concorrer às ajudas, tal e qual como os outros?

E antes de passar ao segundo ponto da minha intervenção, esclarecer apenas, que o que move a CDU, ao contrário de outros, não é a passagem da DRA única da região centro, de Castelo Branco para Coimbra, mas sim a manutenção das duas extensões regionais do Ministério da Agricultura, tal e qual como existia, e a defesa de uma política cada vez mais descentralizada.

Porque uma coisa que ainda não percebemos, é que da maneira como o Sr. Ministro fala, parece que a única coisa que a Administração Central irá poupar, será o vencimento do próprio Director Regional e provavelmente da sua secretária, e se é só isso que se poupa, não entendemos como um partido, que até defendeu a regionalização, opta por medidas cada vez mais centralizadoras.

Quanto à segunda decisão do Ministério da Agricultura e que importa que esta Assembleia se manifeste, tem a ver com a não inclusão, quer no PDR- Programa de Desenvolvimento Rural, quer no QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, das verbas que permitam terminar o Projecto Hidroagrícola do Baixo Mondego.

Como sabem, nas últimas semanas, os agricultores, contando com a presença de alguns Presidentes de Junta, têm-se manifestado pela limpeza do canal de regra da margem esquerda do Mondego que a não acontecer impede a realização das culturas Primavera/Verão.

Mas o problema é de facto muito mais amplo e tem quase 30 anos e não coloca só em causa as potencialidades da agricultura do Baixo Mondego, mas também a segurança de quem lá vive.

Desde 2001, nas últimas grandes cheias que afectaram esta região que se percebeu, que as consequências teriam sido mínimas se o projecto hidroagrícola tivesse sido terminado e se a manutenção do mesmo existisse.

Acontece, que estando a iniciar-se um novo Quadro Comunitário de Apoio, seria legítimo esperar, que fosse nestes próximos anos, que esta obra pudesse vir a ser concluída, mais 30 anos depois de ter sido iniciada.

Mas a verdade, é que consultando o Programa de Desenvolvimento Rural, esta obra não se encontra lá prevista e o que encontramos na medida dos regadios e outras infra-estruturas colectivas, são 534 milhões de euros para o Alqueva, cerca de 69% da verba total e apenas 80 milhões para a sustentabilidade dos restantes regadios públicos de todo o país.

Não estando anunciada, também, a inscrição desta obra no QREN, importa que esta Assembleia manifeste a sua insatisfação, desde já, aprovando a seguinte moção dirigida ao Ministro da Agricultura Pescas e com conhecimento à Subcomissão Parlamentar da Agricultura, moção essa que passo a apresentar:

Moção

A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 23 de Abril de 2007, vem desta forma manifestar ao Sr. Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, a sua discordância com as seguintes questões:

Encerramento da Direcção regional da Agricultura da Beira Litoral.

Não concorda esta Assembleia com a decisão do Ministério da Agricultura, no âmbito da Reestruturação da Administração Central, de concentrar a Direcção

Regional de Agricultura da Beira Litoral e da Beira Interior numa só Direcção Regional a localizar em Castelo Branco.

Considera esta Assembleia, que para além de se afastar os representantes do poder central dos interessados, esta decisão inviabiliza uma aplicação adequada das ajudas contidas no Programa de Desenvolvimento Rural à agricultura da Beira Litoral, uma vez que, e como o Sr. Ministro o vem afirmando, caberá às Direcções Regionais ter um papel fundamental na definição da aplicação das ajudas e concorrer, entre elas aos subsídios contidos neste Programa.

Projecto Hidroagrícola do Baixo Mondego

Manifesta a Assembleia Municipal de Coimbra o seu desagrado, por não ver inscritas, nem no PDR nem no QREN, as verbas que permitam terminar o Projecto Hidroagrícola do Baixo Mondego, obra esta, que para além de potencializar a agricultura do Baixo Mondego, minimizaria as graves consequências das cheias, como aquelas que ocorreu em 2001.

Lembramos que, antes de serem iniciados outros projectos de regadios no país, se deveriam terminar projectos como o Baixo Mondego, que se arrasta há quase trinta anos, potencializando os investimentos públicos que até aqui já foram feitos.

Por último, a Assembleia Municipal de Coimbra alerta ainda o Sr. Ministro da Agricultura, para as inúmeras situações de falta de consistência das avaliações de desempenho, que têm servido de critério à lei de mobilidade especial na Função Pública e à consequente passagem de cerca de 193 funcionários da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral para o quadro de excedentes.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu:

"A minha primeira intervenção vem ao encontro da intervenção do Sr. Presidente da Câmara na sessão de homenagem ao Guilherme Luís. Sei que não é da competência da Assembleia Municipal a proposta que vou apresentar ao Sr. Presidente, mas era de bom tom que V. Exa. registasse e levasse em boa consideração a proposta que irei apresentar a esta Assembleia.

Depois do que foi dito, acho que é de toda a justiça de elementar justiça para o desporto português que a Câmara Municipal de Coimbra em sua reunião atribua a medalha de mérito desportivo ao Guilherme Luís, vulgarmente conhecido por o “Pilhas”.

A segunda questão tem a ver com o seguimento da minha intervenção na última Assembleia Municipal, em relação à derrocada dos prédios da Rua dos Gatos.

Dos muitos ofícios que tenho enviado à Câmara sem resposta, venho solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que me seja dada informação, se não for difícil, da situação do inquérito, porque as pessoas que foram prejudicadas naquela situação, pedem explicações à Junta de Freguesia. E estas existem efectivamente para ser um elo de ligação entre o eleito e o eleitor.

A terceira questão que gostaria de colocar enquanto Presidente de Junta e membro da Delegação Distrital da ANAFRE um assunto que tem a ver com toponímia.

Na Rua Caminho das Vinhas/Caminho das Vinhas, qual é a designação correcta? Qualquer cidadão que passe naquela artéria da Cidade de Coimbra, penso que é da Cidade de Coimbra, encontra uma placa Rua Caminho das Vinhas, ao lado da mesma placa a 20cm Caminho das Vinhas.

Queria aqui deixar uma mensagem aos meus colegas autarcas sobre esta guerra. Penso que é uma guerra que não vos conduz a nada. Nós temos que nos unir, companheiros e amigos. A Câmara que decida, se é Rua Caminho das Vinhas ou se é Caminho das Vinhas.

Não se pode arranjar uma guerra entre os Presidentes de Junta de duas Freguesias e das Assembleias, por uma questão destas. A Comissão Toponímia ou os serviços Solos da Câmara ou quem de direito que defina, porque nos fica mal andar com questões. Hoje somos presidentes de junta, amanhã não o somos. E isto é um marco histórico e divisão entre autarcas. É esta nota e a mensagem que vos deixo."

Intervenção da deputada municipal Margarida Viegas (CDU):

"Em Dezembro de 2005, foi aqui eleita uma comissão de acompanhamento do novo Hospital Pediátrico de Coimbra da qual eu faço parte. Fomos recebidos duas vezes pelo Sr. Presidente da ARS (penso que em Março e Abril de 2006). O Sr Prof. Regateiro simpaticamente atendeu-nos e nos informou sobre o andamento das obras, garantindo-nos que a construção do Hospital Pediátrico era uma certeza, resolvidos que fossemos problemas técnicos que então se colocavam. Acima de tudo fez questão de realçar que nos iria manter informados de toda a evolução da obra e nomeadamente da nova calendarização. Disse, até, que nos considerava interlocutores preferenciais para manter a comunidade informada, pois como eleitos autárquicos tínhamos a credibilidade democrática e seríamos por isso um elo de ligação preferencial. Comprometeu-se então reunir periodicamente connosco. A última reunião foi há exactamente 1 ano. Já houve da parte desta Assembleia Municipal, uma tentativa para marcar uma reunião, mas da parte do Sr. Presidente da ARS não houve nenhuma resposta. Sei também, que existem outras comissões de acompanhamento, nomeadamente do próprio CHC e que também com esta o Sr. Presidente da ARS não tem reunido nem tem dado informações.

Relembrando que a data inicialmente prevista para a conclusão do projecto era este ano. É com enorme preocupação que vamos ouvindo falar em nova desorçamentação e mais grave ainda, de perda de valências para o novo pediátrico. O silêncio da ARS e do seu Presidente só pode contribuir para aumentar esta nossa preocupação. Teorias de conspiração à parte, é de facto extraordinariamente desolador/desanimador o comportamento do governo central relativamente a Coimbra. Já outras questões relacionadas com a subalternização de Coimbra aqui foram hoje referidas."

Sobre este assunto o Presidente da Assembleia Municipal disse que esteve com o Prof. Regateiro numa iniciativa que houve em Coimbra, e reiteraram este empenho, e ficou de tomar uma iniciativa para.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (Bloco de Esquerda):

"Torna-se cada vez mais difícil reflectir sobre Coimbra e os seus problemas e necessidades multidimensionais, desde o urbanismo e a mobilidade, passando pelos aspectos de políticas sociais, de reabilitação urbana, até à necessidade de se afirmar como pólo de desenvolvimento científico - tecnológico e cultural, sem que se caia numa atitude de desalento e profunda insatisfação, sentimento cada vez mais generalizado nos mais variados sectores e agentes sociais, culturais, científicos e económicos da nossa cidade. Tal não deriva, a nosso ver, de uma qualquer atitude hipercrítica, mal de oposição, mas antes resulta da constatação que a Coimbra falta uma visão global estratégica e uma liderança capaz de

congregar vontades, actores e projectos no sentido de levar a cidade a afirmar-se como uma cidade moderna dinâmica e competitiva, capaz de recuperar o protagonismo há muito perdido. Uma cidade que valorize não só o seu património histórico e cultural construído, mas também seja capaz de aliciar e fixar uma boa parte do capital humano nela formado, verdadeiro motor cultural, científico e tecnológico que não pode continuar a ser mal desbaratado, obrigado a migrar.

Coimbra parece condenada, sabe-se lá por que sortilégio, a ficar refém da mediocridade e da incompetência dos que, dirigindo os seus destinos, teimam em sobre ela intervir sem o mínimo de respeito pelas suas vivências e pelo seu património identitário, privilegiando mais as oportunidades de negócio dos interesses instalados do que os interesses da cidade e dos cidadãos.

É assim que, a coberto de uma legalidade apressada e mais do que contestável, se levou a cabo a destruição sistemática e meticulosamente calculada do importante núcleo urbano da Baixinha. Este, apesar de profundamente degradado, constituía um conjunto de interesse patrimonial, histórico, cultural e sociológico que deveria ser preservado na sua identidade, promovendo a sua recuperação e reabilitação. Pelo contrário, preferiu-se pura e simplesmente arrasá-lo, solução que melhor servirá os interesses da Metro Mondego, porventura da SRU e dos interesses imobiliários que abocanharão tão apetitoso pedaço do tecido urbano da nossa cidade.

À semelhança do que aconteceu na Alta da cidade nos anos 40-50, às mãos do Estado Novo salazarista, cometeu-se na Baixinha mais um crime de lesa património que, infelizmente, ainda não acabou. As demolições que estão a ser feitas ultrapassam, em muito, o que inicialmente estava programado e era estritamente necessário para abrir o corredor central para o Metro que, esperemos, não se torne em mais uma miragem e oportunidade perdida para a cidade. Mais uma vez por falta de afirmação política e capacidade de reivindicação.

Outro motivo de grande preocupação, para nós, como aliás para toda a cidade e região, é a situação que se verifica em torno da construção do Hospital Pediátrico de Coimbra. A sua anunciada abertura para 2009, corre o risco de ser adiada para as calendas gregas. É absolutamente lamentável que uma obra de tão grande importância estratégica para a Saúde e de indiscutível interesse público e nacional esteja refém de um financiamento a conta gotas e ainda por cima fortemente condicionado pelos fundos comunitários a aprovar em sede do QREN, já que da verba de 8.00.4000 euros inscrita em PIDDAC o Estado português apenas financia em 2.751.00 euros. Outra foi a vontade e a aposta quando se tratou de proporcionar às massas uma episódica participação no alienante espectáculo da bola. Não pode deixar de nos ficar um profundo amargo de boca ao constatar o novo-riquismo e esbanjamento de recursos públicos em torno do Euro 2004. Triste espectáculo de insensibilidade e insanidade, em que também o nosso município embarcou e que levou, inclusive, à construção de mais estádios do que os necessários e a gastar dinheiro que não tínhamos, comprometendo futuros investimentos bem mais importantes e decisivos.

A situação vivida em torno da construção do novo Hospital Pediátrico de Coimbra configura um claro e triste exemplo do que tem sido a incapacidade e incompetência dos sucessivos detentores do poder executivo, no sentido de estabelecerem hierarquias de prioridades que respondam, de facto, às reais necessidades e verdadeiros interesses colectivos.

Para gáudio de apenas alguns milhares de adeptos mobilizaram-se vontades, asseguraram-se financiamentos, hipotecaram-se investimentos nas autarquias.

Exige-se agora vontade idêntica para garantir obra bem mais importante que é o Hospital Pediátrico. Saibamos unirmo-nos para fazer ouvir a nossa voz e garantir a sua integral execução, sem qualquer amputação do projecto e de valências. É uma dívida que os poderes políticos central e local têm para com os cidadãos da nossa região.

Não quero terminar a minha intervenção, sem antes abordar o problema suscitado pela problemática em torno da possível instalação de uma Unidade de Tratamento Mecânico Biológico de resíduos urbanos na freguesia de Vil de Matos. Convidados pela população a visitar o local que, segundo o estudo elaborado pelo Departamento de Engenharia da UC, será o mais adequado à instalação da UTMB, pudemos observar o terreno e ouvir no local as populações, os seus receios e críticas.

O BE continua convicto de que a solução técnica encontrada é a que melhor responde às necessidades de tratamento dos resíduos. Não só permite valorizar os resíduos urbanos bio degradáveis, retirando-os dos aterros e produzindo compostos para aplicação na agricultura ou produzir energia, como também permite minimizar os resíduos a depositar em aterro e aumenta a capacidade de reciclagem, nomeadamente de embalagens. Porém, tal como afirmámos na sessão anterior, um tal processo implica necessariamente uma outra abordagem e cuidados redobrados, no que diz respeito, sobretudo, ao diálogo e esclarecimento das populações, bem como à total transparência dos processos de decisão. Ora, é justamente isto que, em nossa opinião, não se verificou desde o início em todo este processo.

Após os adequados estudos técnico-financeiros que equacionem as melhores soluções tecnológicas e a sustentabilidade económica, compete ao poder político tomar as decisões. Estas não podem ser impostas de forma arbitrária e autoritária, fugindo ao necessário diálogo com as populações e ao esclarecimento de todos os prós e contras das opções em causa. É preciso que fique claro, que qualquer que seja a decisão tomada, esta não será apenas determinada por imperativos meramente económicos. É também preciso que não suscite quaisquer dúvidas razoáveis que esta é de, de facto, a melhor localização possível para a instalação da UTMB e não apenas a solução mais fácil e mais barata.

Processos deste tipo têm de ser conduzidos com especial sensibilidade e ponderação dos custos sociais e humanos não só em termos de saúde pública, como também de segurança e qualidade de vida das populações. Por isso, pensamos que se deveria proceder aos adequados estudos de incidência ambiental, ainda que a lei a tal não obrigue."

Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):

"A CDU solicitou a V. Ex^a, na última Assembleia Municipal realizada a 23 de Fevereiro, a listagem de escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância a encerrar no concelho de Coimbra. Tal solicitação foi de imediato correspondida, pelo que a CDU ficou desde logo a saber os estabelecimentos sinalizados para encerramento, desconhecemos contudo se essa informação chegou a todos os deputados municipais e, fundamental se chegou aos Presidentes de Juntas de Freguesia.

Para o Concelho de Coimbra prevê-se o encerramento de 20 escolas do 1º ciclo e 2 Jardins-de-infância. Desde essa data, até hoje, não houve qualquer reacção tornada pública por esta autarquia quanto ao seu posicionamento face a estas intenções. Apenas, e na sequência de uma Conferência de Imprensa da Concelhia do Partido Comunista sobre este assunto, se ficou a saber pela comunicação social, do

compromisso, por parte da autarquia, de não encerrar os 2 jardins se infância sinalizados por não haver alternativas.

Partindo do princípio que os jardins-de-infância estão, por hora salvaguardados, analisemos o panorama previsível quanto às escolas do 1º ciclo e as freguesias afectadas

Perante estes dados urge saber:

- que contactos já foram feitos com os presidentes de juntas das freguesias visadas?
- os pais e a população das respectivas freguesias já foram ouvidos?
- a autarquia já tomou decisões quanto às escolas que encerram?
- havendo decisões estão já estudadas as alternativas e os recursos?

Sr. Presidente da Câmara a CDU pretende que se esclareça nesta Assembleia estas questões.

Ainda na área da educação gostaríamos de fazer um ponto da situação sobre as actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo.

Todos sabemos o modo como se fez a implementação destas actividades no Concelho de Coimbra. A única preocupação desta autarquia foi apenas a de responder às exigências do ministério da educação sem se preocupar com as condições, os recursos e o bem-estar dos alunos. Refeitórios sem espaço para todos, em que nalgumas situações os alunos almoçam “à vez”, ausência de espaços próprios e adequados para as actividades de enriquecimento curricular, falta de auxiliares de acção educativa, já para não falar do desrespeito em pleno mês de Outubro de encaixar as AEC's no tempo curricular, alterando horários lectivos e implicando com o funcionamento de muitas escolas já a funcionar desde Setembro.

Sr. Presidente da Câmara, sabendo nós que a justificação de V. Ex^a perante as opções de remedeio, sem qualidade, tomadas por esta autarquia, foi o curto espaço de tempo entre a saída do despacho do Ministério da Educação e o início do ano escolar, partindo do princípio que o Departamento da Educação, passados estes meses, terá um balanço das lacunas e das soluções e que, conseqüentemente estará a preparar com tempo o novo ano escolar no que respeita às responsabilidades da autarquia, gostaria a CDU saber que soluções estão já previstas para alterar a situação actual.

Última questão - Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e o Estudo que veio a esta Assembleia a 23 de Fevereiro.

A CDU aceitou o convite feito aos Deputados Municipais e deslocou-se a Vil de Matos no passado dia 14 de Abril.

Do que ouvimos por parte da população em termos de preocupações e argumentos, bem como do que pudemos constatar no que se refere ao local previsto e suas características importa deixar aqui uma nota que consideramos pertinente:

-A zona indicada em Vil de Matos como local para instalação da Unidade de Tratamento é uma zona que possui uma significativa área de solo agrícola produtivos com um ribeiro que percorre toda aquela zona factos que podem colidir com os interesses da população;

Pelo que observamos localmente e pelos argumentos que nos foram transmitidos pelos presentes algumas dúvidas se nos colocam. Como tal a CDU decidiu solicitar uma Reunião com os responsáveis pela elaboração do Estudo e esta informação foi dada neste dia e no local à população que estava presente.

-A CDU ciente de que Coimbra tem de suportar a instalação de uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, considera contudo que das opções às decisões é fundamental que se avaliem todas as responsabilidades de localização, as propostas no estudo ou outras;

-A CDU entende também, porque esse é um princípio que norteia a sua conduta, que nada deve ser avançado sem informar e esclarecer e ouvir as populações visadas. Trabalhar em conjunto com as populações é uma mais valia, difícil é trabalhar de costas voltadas.”

Intervenção do deputado municipal Nunes da Silva (“Por Coimbra”):

"Parte do que eu vinha aqui transmitir já foi falado por dois antecessores, sobre o assunto do Novo Hospital Pediátrico.

Faço parte dessa comissão, e a bancada à qual pertença, está altamente preocupada, porque tanto quanto sabemos prepara-se uma amputação de quantidade e de qualidade no novo Hospital Pediátrico.

Menos espaços, menos valências, menos condições de trabalho para os profissionais, e temos toda uma região que tinha grande esperança no Hospital Pediátrico condigno estão neste momento a passar um mau bocado.

É preocupante, que não haja dinheiro para as obras que consideramos fundamentais, vamos pedir com carácter urgente, penso que todos estamos de acordo, uma reunião ao Sr. Prof. Regateiro da ARS do Centro, para ficarmos um pouco mais a par da situação. Fomos um pouco ultrapassados e soubemos pela comunicação social, desta situação altamente melindrosa que nos preocupa grandemente.

Outro assunto respeitante à saúde, é que estarão em causa 3 Centros de Saúde deste Concelho, significa que, o Partido Socialista significa que o Governo, diz que não tem dinheiro para construir neste Concelho, instalações que consideramos de fundamentais para a saúde básica dos nossos eleitores. Pessoas que para tratarem de uma simples gripe, terão de recorrer aos hospitais centrais.

Significa e as pessoas que estão na área de saúde sabem bem, o que acarreta de sub carga para uma urgência este nível de situações de base que em qualquer centro de saúde deveriam ser resolvidas.

Não se compreende que, de facto, que não haja dinheiro para uma instalação básica, e continua a haver dinheiro para financiar transportes em Lisboa e no Porto, com milhões e milhões de euros de prejuízo, e não haja umas centenas de milhares para construir 3 centros de saúde em Coimbra.

Repito é altamente preocupante para nós que se corte naquilo que no nosso ponto de vista que é a saúde, não se deveria cortar. Que cortem noutras situações, há de facto situações que devem ser repensadas e cortadas não na saúde. Meus Senhores, distinta Tutela, não cortem porque estão a prejudicar grandemente a saúde básica de pessoas em Coimbra.

Coimbra continuará a ser ultrapassada, mais uma vez está a ser ultrapassada e peço a todos que abramos os olhos para que dentro das nossas possibilidades manifestarmos e lutarmos para que tal não aconteça.”

Intervenção do deputado municipal Pignatelli e Queiroz (“Por Coimbra”):

"I-Nas últimas duas semanas, entre os numerosos casos que “tenho” pendentes desde há 20 anos, consegui 2 “vitórias”, provavelmente as chamadas “vitórias de Pirro” sem contar com uma primeira que considero consolidada “ o ter conseguido que a Capela de Stª Comba fosse declarada de interesse público” e esteja bem cuidada a sua recuperação pela reitoria da U.C. sua actual proprietária.

1.Finalmente, a Direcção Nacional do IPAAR homologou uma nova ZEE para o Mosteiro de Santa Maria de Celas, retomando uma outra-Homologada em 1980, anulada antes de entrar em vigor, pois esta iria prejudicar os interesses dos

grandes construtores que assim puderam prosseguir a sua obra destrutiva do nosso tão mal cuidado património construído. Resta pouco para estragar; espero que, agora a Câmara não tome como alibi os “pareceres” favoráveis (sem pareceres, ou com pareceres incompletos) da Direcção Regional do IPAAR que, aliás, vão ser branqueados pela extinção. Note-se que o celebre e alegado relatório final das escavações arqueológicas, condições sem a qual os prédios não podiam, sequer, iniciar-se, só foi aprovado, pelo IPA (trigo que, com a destruição, vai ser ceifado com o joio) em 2 de Fevereiro passado. E os prédios estão construídos!

Resumindo: a nova área de protecção conseguida foi uma “Vitória de Pirro”

A propósito, ainda: a Direcção Regional da DGMEN, que trabalhou bem, foi extinta e o seu rico acervo desviado para Lisboa. O que deixará o Poder Central a Coimbra?

2. Consegui que a Senhora Ministra da Cultura entravasse (ou não entravará?) a finalização da abertura do Túmulo de Dom Afonso Henriques, pois os motivos apresentados à C.S não eram, pelo menos para mim e muitos outros que não simples licenciados em História, como eu, convincentes. A DR do IPAAR foi desautorizada – não tinha competência para autorizar a intervenção - o Conselho Consultivo do IPAAR, em parecer unânime homologado pelo Presidente do Instituto, manifestou-se contra a proposta da (quase consumada) abertura. Será que a Senhora Ministra vai autorizar?

Seria uma “vitória de Pirro”, com grande gáudio, de certo, de um Senhor Professor Doutor da Faculdade de Ciências (que o é) da UC, que deu a honra de se referir num considerado grande Semanário Nacional, ao PPM como um «Partido que julgava tumultado» e, a mim, como seu representante “ignorante e supersticioso”. Ressalvo aqui a responsável pela Equipa que se propunha – e propõe-levar a cabo a tarefa, a Senhora Professora Doutora Eugénia Cunha, da F.C.T.U.C. Apesar de eu não considerar válidos os seus argumentos, nunca fiz ataques pessoais e a Professora foi impecável: desenvolveu os seus argumentos científicos a favor da conclusão do estudo e não beliscou, sequer ao de leve, quem dela discorda embora com muito menos mas também com algumas habilitações literárias para emitir opinião.

A propósito, não me considero fundamentalista nem supersticioso, a ter fundamento a versão do 2º. “Dom Sebastião vindo do nevoeiro” e que teria sido sepultado em túmulo nos Jerónimos depois de assassinado pelo rei de Espanha; acho muito bem que esse túmulo seja aberto.

II-Mas continuam muitos outros casos pendentes, que torno a recordar sucintamente, pois às perguntas ainda não mereci resposta, desde há anos, de diversos Executivos Municipais:

1-Sacristia da Capela do Espírito Santo – quem autorizou a destruição?

2-Porque foi retirado do PDM a Capela que se encontra no adro (protegido) da Igreja de Santo António dos Olivais? Para reduzir ainda mais e permitir ainda mais construções sem parecer da D.R. do IPAAR; como é o caso da quase acabada e nova obra da Romurbis? – esta, também, dentro da área de protecção.

3-Porque não se exige à D.R. do IPAAR, enquanto viva, parecer sobre parte da urbanização Baptista de Almeida que confina com a Calçada do Espírito Santo e está abrangida pela área de protecção da Igreja de Santo António dos Olivais? O “não parecer” anterior, mesmo que o fosse, já teria caducado.

4-Quando se faz justiça às vítimas do imposto e ilegal despejo coercivo no lote em frente da Junta de Freguesia de Santo António?

5-Quem autorizou o “desaparecimento” da chamada Casa da Quinta, no Vale das Flores, considerado “imóvel de interesse público municipal” por voto unânime desta Assembleia?

6-Quando é que os Serviços responsáveis da Câmara Municipal me facultam o relatório do estudo de impacte ambiental obrigatório na altura do início das construções no loteamento da Quinta de S. Jerónimo e me informam com que fundamento foi autorizado o aumento das cérceas inicialmente previstas.

Um PDM não se pode sobrepor à lei geral.

III - 1-Avenida Sá da Bandeira- E agora, Senhor Presidente da Câmara, peço-lhe uma resposta frontal e directa, face a acontecimento recente que, mais uma vez, põe em causa alguns procedimentos judiciais: é sabido que os edifícios situados do lado direito, sentido ascendente, da Av. Sá da Bandeira, não podem ser modificados na sua conformação e na sua cércea, contrariamente ao que sucedeu no lado contrário? Pode confirmar, Senhor Presidente, que a situação se mantém?

2-Finalmente, não posso deixar de assumir um sorriso tristemente sardónico ao constatar que, desta vez, foi a Universidade e muito bem, com o apoio da Câmara, a requerer que a sua área seja internacionalmente reconhecida como de alto valor patrimonial. É que, há vinte anos, ou talvez um pouco mais, esta Assembleia aprovou por unanimidade em 2 reuniões a proposta do executivo (a segunda versão incluía dois aditamentos: um do saudoso António Portugal – a Baixinha – e o outro meu, o Burgo de Celas e a área protegida da “Igreja de Santo António dos Olivais, seu adro, escadório e capelas“ (entre estas a situada no meio do Adro...) para que se requeresse a inclusão de Coimbra como PATRIMÓNIO DA UNESCO.

O que se seguiu foi muito estranho, pois, em vários contactos, o IPPC afirmou nunca ter recebido a proposta. Pois não, ela ficara na gaveta de um senhor Vereador de então.

Que fazer agora, com tanta destruição? Manda-se a proposta que ficou na gaveta? E não foi nem de longe nem de perto este Executivo nem o seu Presidente que privaram Coimbra de mais uma hipótese de valorização.

Senhor Presidente da Câmara: desta vez, asseguro-lhe que não é V.Ex.^a o culpado das numerosas acusações de que tem sido alvo--honrosamente a título individual e não ao conjunto de maioria.”

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia do Ameal:

“Infelizmente esta tribuna mais parece o muro das lamentações, os últimos tempos só nos têm trazido más notícias e razões para nos sentirmos mal e indignados com as políticas adoptadas e a realidade que nos rodeia.

Desta vez, venho falar não só em meu nome pessoal, mas também como representante dos colegas presidentes das juntas no conselho municipal de educação.

Quero deste modo mostrar a incompreensão e revolta dos pais, dos alunos e de toda a comunidade escolar do nosso concelho pelo propósito do governo em fechar parte das nossas escolas no próximo ano lectivo e de muitas outras nos anos seguintes.

Eu pergunto, como se podem tomar decisões destas tendo como único e exclusivo critério uma frequência inferior a 20 alunos, sim porque algumas das escolas que se pretendem encerrar, tem duas salas, com condições e espaços para actividades

extra curriculares prolongamentos e refeições. Mostro-vos como exemplo, as escolas da minha freguesia, quer a do Ameal quer a de Vila Pouca.

Pergunto ainda que rentabilidade se tirou do investimento feito nas nossas escolas e o que vamos fazer com elas, umas novas e outras bem reparadas, com os nossos recheios de elevada qualidade?

Com os nossos refeitórios que a própria Câmara pagou há dois ou três anos atrás... E muito mais importante ainda, pergunto se foram quantificados todos os inconvenientes de tirar as crianças do seu meio, da sua família e amigos, de terem de levantar muito mais cedo, se foram estes problemas discutidos com os pais, com as comunidades escolares locais ou com os autarcas?. Se lhes foi dito por exemplo que embora a escola seja fechada por ter menos de 20 alunos, num futuro próximo se foram quantificadas por exemplo os loteamento que se estão a construir nas freguesias, mesmo que isso leve as escolas para mais de 30 alunos elas nunca mais abrem.

Já percebi que não vale a pena fazer mais perguntas porque aqui não temos respostas para a generalidade delas, mas pergunto por fim aos colegas Presidentes de Junta, que como eu foram eleitos também por estas comunidades que vão ficar sem escolas no seu meio.

Vamos ficar parados? Não vamos de alguma forma mostrar o nosso descontentamento? E isto é para todos, porque uns já este ano e outros nos anos seguintes, todos vamos num futuro próximo debater-nos com este problema.

Por hoje fico-me por aqui, não sem antes perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, Presidente também do Presidente do Conselho Municipal da Educação, o que sabe e que respostas nos pode de dar sobre isto? E o que tem feito para tentar evitar estes problemas?"

Intervenção do deputado municipal Vassalo de Abreu (PS):

"Queria fazer uma intervenção tanto quanto possível breve, sobre dois pontos:

Primeiro ponto tem a ver com o seguinte:

Nos últimos tempos, estão a circular alguns autocarros dos SMTUC com inscrição que diz, basicamente o seguinte:

Em 2006 o Governo deu à Carris de Lisboa 45 milhões de euros, à STCP do Porto 16 milhões, ao SMTUC zero milhões.

Considero este facto, um facto insólito, despropositado e inaceitável. O Sr. Presidente da Câmara está à frente do Município à 5 anos. Durante estes 5 anos, o Partido a que pertence (PSD), esteve no Governo durante 3 anos, o Governo de Durão Barroso e Santana Lopes. O Sr. Presidente da Câmara durante esses período não ousou, repito **não ousou**, fazer tais inscrições nos autocarros quando a situação era e infelizmente sempre foi assim, com todos os Governos. O Sr. Presidente da Câmara se tivesse tido a ousadia quando o seu partido estava no governo de mandar fazer essas inscrições nos autocarros nós **louvar-lhe-íamos agora a coerência**. Assim, em face deste facto insólito despropositado e inaceitável temos que o considerar um exercício de demagogia. Sem prejuízo, do PS manter como sempre manteve no Governo e na oposição, quer a nível do governo central, quer a nível do Município a mesma posição.

Consideramos injusto, que a Coimbra não sejam dadas as indemnizações compensatórias tais como são dadas à Carris e aos Serviços de Transportes Colectivos do Porto. Mas isso, em nosso ver não legitima, não engrandece Coimbra pôr nos autocarros tais inscrições.

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, o que teria a dizer, se o carro para combate a incêndios urbanos, que o Governo custeou e ofereceu para ser utilizado basicamente em Coimbra, passasse a conter esta inscrição. "Para a compra deste carro o Governo deu X a Câmara Municipal de Coimbra deu zero". Ou então o que é que o Sr. Presidente da Câmara diria se os autocarros de tantas colectividades do nosso concelho custeado na totalidade ou em parte com fundos que foram dados para utilizar a sua expressão pelo Governo passassem a conter a mesma inscrição "Para a compra deste autocarro o governo deu X a Câmara Municipal de Coimbra zero".

Tenho a dizer Sr. Presidente se esse comportamento, tivesse lugar eu considerava na mesma insólito despropositado e inaceitável.

A sugestão que faço Sr. Presidente é que ponha rapidamente, termo a esse facto.

Que repito não prestigia o Município, não prestigia Coimbra. E para lutar pela concessão de indemnizações compensatórias aos SMTUC, o Sr. Presidente pode contar, como sempre contou como Coimbra com a posição do PS, quer quando estávamos no Governo quer quando estávamos na oposição a nível central ou a nível local.

Segundo aspecto tem a ver com algo que aqui já foi referido, e que nós englobamos numa preocupação mais ampla, com a preocupação do impacto do chamado PRACE (Programa de Reforma da Administração Central do Estado).

A este respeito queria propor para deliberação desta Assembleia a seguinte Moção:

Moção

-Considerando que, entre as reformas difíceis mas necessárias e decisivas para o futuro próximo do nosso País, se conta a Reforma da Administração Central do Estado;

-Considerando, porém que o chamado "PRACE" (Programa da Administração Central do Estado) poderá ter um impacto com efeitos determinantes para o futuro de Coimbra;

-Considerando, desde logo, que, por razões históricas e de localização geográfica, Coimbra é naturalmente, um pólo aglutinador da Região Centro, contrariando uma indesejável visão dualista do País, centrada apenas em Lisboa e no Porto;

-Considerando que, em consequência, Coimbra assentou ao longo das últimas décadas, o seu modelo de desenvolvimento predominantemente na área dos serviços, na qual os serviços decorrentes da localização de organismos da administração desconcentrada do Estado têm tido um peso significativo e decisivo do ponto de vista social e económico;

-Considerando que uma reforma do tipo do "PRACE" deveria ou deve, resultar de um processo global, articulado e coerente, em que transpareçam não só os critérios nos quais se baseia, mas também os objectivos que prossegue;

-Considerando a forma criticável como se processou a reestruturação da ex-Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral;

O Grupo Parlamentar do PS propõe a Assembleia Municipal de Coimbra delibere:

1) Expressar junto do Governo a sua preocupação pelo modo como o "PRACE" está a ser elaborado, pois entende desde logo, que tal programa deve resultar de um processo global, coerente e participado, em que transpareçam não só os critérios nos quais se baseia, mas também os objectivos que prossegue.

2) Manifestar a sua inquietação pelo impacto extremamente negativo do ponto de vista económico e social que o "PRACE" pode provocar em Coimbra, se não forem

devidamente consideradas as especificidades do seu modelo de desenvolvimento, estruturado, ao longo de muitos anos, numa base predominante de serviços.

Quero apenas acrescentar os seguinte:

O Partido Socialista de Coimbra, os seus órgãos representativos, é obvio que não ficaram contentes bem pelo o contrario com aquilo que aconteceu nas ex-DRAB, e fizeram-no o sentir, quer interna quer externamente. Devo dizer no entanto, que algumas das preocupações que aqui foram manifestadas, porventura foram excessivas. Quero dizer o seguinte que disponho destes dados

Dois Directores regionais adjuntos, ficarão em Coimbra;

Por pressão posso dizê-lo, das estruturas do PS de Coimbra, também aqui surgiram contra aquilo que se passou, e que poderia ter consequências muito mais gravosas, do que resultaram deste processo, como nós temos na nossa moção criticável. A delegação de Coimbra, posso assegurar vai ter um papel decisivo e determinante na concretização do programa e desenvolvimento da agricultura no âmbito do QREN e ficarão cá várias unidades orgânica, vulgarmente designadas por divisões. O que não impede, repito, que sejamos críticos, e muito críticos em relação aquilo que se passou na DRAB e não obstante de apoiarmos o Governo sem quebra de solidariedade do Governo, para com o Governo somos um partido de suporte, fizemos sentir isto, quer a nível interno, quer publicamente."

Intervenção do deputado municipal Moisés Geraldês (“Por Coimbra”):

Já foram apresentadas aqui algumas moções, nós o grupo municipal da “Coligação por Coimbra” não vem apresentar desta vez nenhuma moção.

Vem é falar efectivamente das moções, que têm sido apresentadas hoje, e anteriormente perante esta Assembleia Municipal. De facto, conforme todos se recordam, esta Assembleia Municipal, e é justo dizê-lo, que todos os grupos municipais se tem preocupado, como aliás, é a nossa obrigação pelas expectativas, e pelos direitos e pelo modelo de desenvolvimento que teremos todos que pugnar em relação a Coimbra e a esta região, que de facto, tem sido apresentada algumas manifestações e preocupações no sentido de vermos realizadas algumas expectativas que tardam em se concretizar.

Estamos a falar da Estação de Coimbra B, cuja moção foi apresentada em devido tempo, assim como a questão da adjudicação da variante Sul do IC2, a extensão de saúde de Almalaguês, preocupam-nos que em PIDAC estejam as estações de saúde de Ceira e de Taveiro. Preocupa-nos o Tribunal de Coimbra o Estabelecimento Prisional, o Conservatório de Música e de Dança e outras tantas manifestações que esta Assembleia Municipal tem referido.

De qualquer das maneiras palpita-nos também, que efectivamente, não tem havido resposta a estas manifestações de preocupação.

Isto, tem a ver com a critica construtiva naturalmente temos feito à posição e a actuação do actual Governo. Este governo, é um governo que nós não temos dúvidas nenhuma de dizer que é um governo centralista, que pura e simplesmente tem posto a questão de Lisboa e eventualmente Porto à frente dos interesses das outras regiões e das outras cidades, e o interior neste momento está a ser um bocado em causa de detrimento do litoral, as assimetrias estão neste momento cada vez mais acentuadas e um dos exemplos e um dos paradigmas é exactamente um exemplo à Grande Área Metropolitana de Coimbra.

Este governo, esvaziou, os efeitos da grande área metropolitana. A grande área metropolitana de Coimbra, com as suas expectativas com aquilo que se estava a

pensar fazer, com aquilo que estava em matéria de competências atribuídas, foi esvaziada e está a ser circunscrita por uma mera nute do Baixo Mondego.

Nutes, que foi uma utilização que foi aperfilhada no âmbito de uma tal nomenclatura de estatísticas, adoptada para reorganização do território. E. isto vem a respeito obviamente de eu pretender fazer aqui uma sugestão ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, é que efectivamente admitindo e palpitando, que não exista qualquer resposta a estas expectativas e a estas nossas preocupações gostaríamos de sugerir que até à próxima Assembleia Municipal que em primeiro lugar, desde já, em relação a todos os casos, em relação aos quais não teremos qualquer respostas que houvesse insistência.

Em segundo lugar, que fosse feita porque chegou o momento de também fazermos o balanço destas preocupações. E o balanço, propunha efectivamente que até à próxima Assembleia Municipal fosse feito um relatório de todas as moções que foram apresentadas no sentido da Administração Central responder às nossas preocupações, e apresentar esse relatório aos membros desta Assembleia Municipal até á data da próxima convocatória e devidamente desenvolvida no sentido de nós nos podermos pronunciar.

Em relação à moção que foi apresentada pelo Partido Socialista, nós em princípio não teremos qualquer problema em votar favoravelmente desde que, nos considerantes seja acrescentada o seguinte:

Que a via do IC2, é absolutamente vital para Coimbra, e não se compreende o adiamento da sua adjudicação. Portanto, passar a ficar como considerando.

Em relação à moção que foi apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, essa também corresponde às nossas preocupações.

De facto entendemos, aliás toda esta Assembleia, a questão do encerramento da Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral e o problema do Projecto Hidroagrícola do Baixo Mondego, aliás, teremos até realçar que o Sr. Presidente da Câmara assumiu a responsabilidade da limpeza do canal de rega. Muito a de nós já testemunhamos, e a Câmara Municipal teve que se substituir a um organismo da administração central, o que é absolutamente inadmissível. Porque nós não podemos deixar que os agricultores da região de Coimbra fiquem abandonados em relação a uma estrutura que já devia estar feita à muito tempo.

Por último, relativamente às observações do Sr. deputado Vassalo de Abreu, em relação aos transportes públicos, penso que aquilo é pedagogia política. Nós não podemos deixar de entender que quando nós estamos a falar em descentralização, tendo as dificuldades que temos na questão da função social dos transportes colectivos de Coimbra, é uma empresa que vive com as suas dificuldades, verificamos que outras empresas de Lisboa do Porto, estão a ser beneficiadas de uma forma não equitativa, é evidente que o problema tem de ser levantado. A questão não se trata que essas empresas recebem ou deixem de receber, a questão é saber se o resto do país também tem a possibilidade de aceder a essas prerrogativas e a essas participações. Esta é que é a questão. E o problema não se trata de ser agora.

Hoje, a questão é pertinente, como nós sabemos os transportes colectivos de Coimbra estão em dificuldades financeiras e alguém tem de chamar a atenção do Governo Central. Alguém tem de dizer às pessoas a razão destas dificuldades.

Portanto, não há razão nenhuma para qualquer censura em relação à informação que está prestada. Nós apoiamos, em absoluto, a decisão dos transportes em fazer essa publicidade na medida em que ela é fundamental para os esclarecimento das pessoas e dos cidadãos de Coimbra.

Relativamente à outra moção vamos analisá-la e já nos pronunciaremos."

Intervenção da deputada municipal Maria Reina (Independente):

"Pedia ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal o seguinte esclarecimento:

Como é que está a situação, da proposta de recomendação aprovada em 20 de Junho de 2006, nesta Assembleia Municipal para a existência de um espaço da Assembleia Municipal de um Site da Câmara nomeadamente no que dizia respeito à criação de um endereço electrónico para os deputados municipais, que assim o entendessem permitindo ser contactado pelos munícipes, porque não existe obviamente disponibilidade para as instalações dos grupos municipais ai poderem efectuar o seu trabalho. Caso não esteja criado, creio que seria útil o que foi aprovado em 20 de Junho que nesta Assembleia Municipal se registasse num papel quais são os deputados municipais que pretendem criar um endereço eletrónico e começar a dar corpo aquilo que foi aprovado.

“O outro esclarecimento que queria fazer tenho a obrigação ética de o trazer.

Processo urgente de contencioso eleitoral, contra a **Grande Área Metropolitana de Coimbra(GAMC)**

Aos meus ilustres colegas da Assembleia Municipal de Coimbra, sinto o dever ético de esclarecer, aqui, e a viva voz os motivos e os factos reais que me levaram a colocar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, um Processo urgente de contencioso eleitoral, contra a Grande Área Metropolitana de Coimbra (GAMC).

Como é do conhecimento de todos, em 28 de Fevereiro realizaram-se as eleições para a Grande Área Metropolitana de Coimbra .

Duas listas a sufrágio.

Uma delas era a lista conjunta do PS/PSD/CDS/PP, a qual integrei, como suplente, na condição de membro desta Assembleia Municipal.

Assinei a declaração de aceitação como membro da coligação, onde estavam explícitas as designações de cada partido.

Sucede que, no decorrer do acto eleitoral, como se recordarão os deputados presentes e alguns indicados como testemunhas, constatei que nas listas afixadas no local, à frente do meu nome constava que fazia parte do PSD.

Apresentei o meu voto de protesto e respectiva reclamação

Voto de protesto e a reclamação que foram objecto de indeferimento, pela comissão eleitoral, alegando entre outros factos, que a lista tinha sido rectificadas em tempo útil.

Facto que não é verdade, como comprovam testemunhas e documentos.

Não me conformando com aquela decisão, recorri a instâncias superiores.

Tomei a decisão com o apoio do Secretário-geral Adjunto do CDS/PP, na área dos Autarcas Democrata Cristãos, e com a unanimidade da Concelhia do CDS/PP, de Coimbra, obtida na reunião de 7 de março de 2007, de prosseguirmos o processo a Tribunal.

Não agi isolada, embora por Direito o pudesse fazer.

Não tomei esta posição por considerar alguma vez, que teria havido má fé, neste processo.

Afirmar publicamente várias vezes, que não acusava ninguém de má fé, apenas considerava, em nome do partido, do qual sou militante, pelo qual, integrei a lista que deu origem a este mandato, que não poderia, pelos princípios e autonomia do CDS, pela própria questão legal, deixar que nas listas da referida eleição, constasse o meu nome como PSD.

Todos sabem, que a aceitação, esta seria tácita caso não reclamasse, de uma candidatura por outra força partidária, quando se é filiado de outro partido, dá inclusive perda de mandato, como também direito a processo disciplinar no seio do meu o partido, o CDS/PP.

Lamento profundamente que isto tenha acontecido, lamento profundamente que não se tenha corrigido, em tempo útil, esta situação.

Mas não era eu, militante do CDS/PP, à data, membro da Bancada “Por Coimbra,” indicada pelo CDS, que tenho a responsabilidade deste incidente.

A revisão das listas, competia aos dirigentes máximos das estruturas partidárias que integravam a lista conjunta.

E cada líder da sua estrutura, distrital ou Concelhia, conforme o caso, é que tinha a obrigação de verificar, a situação dos candidatos indicados pelo seu partido.

Serão esses que terão de retirar a devida ilação.

Na vida política, os actos não devem ser inconsequentes.

Agi, e vou até ao fim, sem temer ou ceder a qualquer pseudo retaliação, ou outra forma de pressão, mas não o faço por capricho.

Faço-o pelo partido que representava, pela militante CDS/PP que ainda sou.

Ironia do destino.

Hoje, nesta Assembleia Municipal de Coimbra, na qualidade estatutária de independente, encontro-me a defender, com garra e muita convicção, posturas, nesta matéria, que estão em perfeita consonância com a actual liderança do CDS/PP.

Não represento o partido, nesta Assembleia Municipal, mas quero e por isso me baterei, um CDS/PP, que honra compromissos assumidos, que é leal com a coligação, mas está indisponível para a anulação.

Efectivamente, “o crescimento do CDS implica a sua clara autonomia estratégica em relação às demais forças políticas.

O objectivo do CDS é crescer, não é fazer alianças em quaisquer circunstâncias.

O CDS é diferente do PSD, é autónomo em relação ao PSD”.

É por isto e só por esta convicção, que vou até ao fim neste processo, lamentando o incomodo que terão os meus colegas da Assembleia Municipal, se tivermos, como espero que repor a verdade com novo acto eleitoral”.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho do Bispo:

"Quereria dizer ao meu amigo Carlos Clemente, isto não tem nada a ver com a nossa amizade pessoal, tem a ver com a intervenção do Sr. Presidente da Junta de S. Bartolomeu, e dizer olhos nos olhos, que deixe esse problema para a Junta de Freguesia de S. Martinho e para a Junta de Freguesia de S.ta Clara.

Para lhe dizer também que este problema não é de agora, poderá parecer as pessoas que o problema surgiu agora, é certo que agora tem tido outro protagonismo mas isto já vem do tempo em que os Presidentes de Junta de S. Martinho e de S.ta Clara eram ambos elementos do PS e que o Presidente da Câmara era elemento do Partido Socialista."

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de S.ta Clara:

Queria esclarecer que, em relação às 4 placas existentes no local só é do caminho da Vinhas. A minha placa diz Rua do Caminho das Vinhas, porque é uma coisa mais moderna. Antigamente era só um caminho, neste momento já é uma rua. É uma questão que estamos a tentar resolver e assim vamos pondo placas.

Outra coisa que gostava de referir é um pequeno problema, que esta Assembleia naturalmente nunca ouviu falar, no Aqueduto Real do Mosteiro de S.ta Clara. De facto, enganaram-se as pessoas ligadas à História e confundiram o Aqueduto feito por Alves Macamboa, na reforma Pombalina, e que nunca levou água a lado nenhum. Esse foi classificado! O verdadeiro não tem classificação. Hoje estou com dificuldades, porque está com muita água e estou a por para vários sítios e não sei de quem é o aqueduto. Não sei se é da Câmara, do IPPAR, do Quartel, ou se é da Junta. Só sei é que as pessoas quando houve estas derrocadas ou seja, quando tem problemas é à junta que vêm reclamar. E eu é que já não sei a quem me dirigir! Era bom que os historiadores que andam a ver os monumentos e o património também olhassem um pouco para o aqueduto que é uma obra espectacular, que tem uma belíssima nascente e uma boa água.

Em relação às escolas também queria dizer que tenho uma escola com quatro alunos e que vai finalizar mas tenho outra com muito mais de duzentos alunos. Agora se uma escola com menos de vinte alunos é fechada, uma escola que ultrapassou a capacidade é acrescentada? Deixo esta pergunta no ar."

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação as moções apresentadas à Mesa e atrás transcritas:

Moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, sobre as vias.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar esta moção.

Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e atrás transcrita sobre a Direcção Regional da Agricultura.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar esta moção.

Moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista sobre "PRACE"

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar esta moção.

Declaração de voto do deputado Pinto Ângelo:

"A CDU vota favoravelmente esta moção apresentada pelo Partido Socialista em relação à aplicação do "PRACE" em Coimbra pelas razões aqui expostas. Mas não poderá deixar de afirmar aqui, que tem uma visão francamente negativa em relação a aplicação deste programa de Reorganização da Administração Pública para todo o País, ou seja, não temos uma visão restritiva em relação à forma negativa como está a ser feita em todo o País.

Mas naturalmente aos impactos sobre Coimbra somos francamente sensíveis o que nos leva a votar favoravelmente."

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra

"A primeira resposta que queria dar em relação à questão de Vil de Matos, é dizer que o problema vai resolver-se com toda a seriedade. Com o acompanhamento de todas as Instituições que devem ajudar a prestar esclarecimentos, com o acompanhamento de todas as pessoas envolvidas no processo, e também do ponto de vista da participação de algumas das Instituições Ambientistas Portuguesas

não poderia estar a correr melhor o processo. A QUERCUS está a acompanhar, por solicitação do Presidente da Junta de Freguesia e minha também, está a contribuir para o esclarecimento das pessoas. As pessoas foram convidadas a participar pela ERSUC, na visita a outras instalações, nas quais este sistema está a ser instalado, para compreender o que é um aterro sanitário, como Taveiro e outra coisa é um sistema como este, que vai ser aplicado, que tem as vantagens ambientais.

A questão da Carta Educativa, que o senhor deputado à pouco salientou, deve ser respondida em conjunto com as intervenções que foram feitas em relação aos problemas da Carta Educativa.

De facto, nós temos um diferendo com o Ministério da Educação e não vale a pena estarmos a colocar-nos de fora em relação a esta questão. Nós não acompanhamos a política da Ministério da Educação em relação ao ensino básico, nós não acompanhamos a política de concentração do Ministério da Educação e com o fecho de escolas. E portanto, o nosso diferendo é fundamental em relação a isto. E não podemos voltar atrás em relação a esta questão.

Não construo centros educativos para construir centros educativos para fechar as escolas, para fazer com que as pessoas percam a sua referência ao seu ponto de vida. Isso é uma questão essencial. Eu repetidamente disse isto, desde que a questão foi posta pelo Ministério da Educação aqui, eu repetidamente tenho dito isto.

Nós consultámos os especialistas que entendemos que devíamos consultar, e qualquer um deles são bons especialistas, e o estudo que foi feito foi apresentado e agora o Ministério da Educação pede-nos dados que só o Ministério da Educação tem. Reflete sobre soluções que só Ministério da Educação pode dar, porque nós não sabemos mesmo em relação à presumível centralização ou concentração de escolas qual era a capacidade que algumas escolas do secundário têm para receber alunos do ensino primário do básico.

E portanto, esta é que é a questão que o Ministério da Educação tem que responder a si primeiro, e perguntar a alguém depois. Não é, primeiro não saber que dados tem, não saber que dados pode disponibilizar, pedir aos outros que tenham os dados deles, e em segundo lugar pedir aos outros que definam as soluções que o Ministério da Educação deve construir.

Em relação às escolas a encerrar são de facto 20 em Coimbra, eu pergunto se é lícito encerrar estas 20 escolas? Pergunto se os senhores Presidentes de Juntas de Freguesia estão de acordo em encerrar estas 20 escolas e para onde é que vão os alunos que estão nestas 20 escolas? Sendo certo que, do nosso ponto de vista o que nós estamos a fazer, e mais uma vez chamo a atenção para o Governo e para aquilo que está a acontecer. Nós estamos a aplicar uma solução que é excelente, mas num constrangimento total em relação aos modelos de escolas que temos. Das 78 escolas que em Coimbra (concelho) existem, 46 escolas tem duas salas. Pergunto como é que nós, estamos a querer recorrer a um sistema novo, de um ano para o outro mesmo que fossem 3 ou 4 anos, com as infraestruturas que existem nas quais a maioria não tem refeitório, a maioria não tem um local onde fazer educação física, sem ser à luz do sol, onde na maior parte dos casos não há sequer espaço para construir salas de actividades. Portanto, é conveniente perceber mesmo que se tenha uma grande ideia na vida, mesmo que seja a única, que qualquer Ministro da Educação compreenda qual é o território, qual é o terreno, quais são as infraestruturas em que vai aplicar essa medida. Nós fizemos bem, no meu ponto de vista. Tentamos dar soluções com a contribuição de toda a gente, Juntas de

Freguesia, IPSS, Associações, na medida do possível, tenho aqui a avaliação que estou a fazer, em relação à aplicação nas 78 escolas, daquilo que fizemos, mas esta avaliação tem de ser partilhada por todos, e tem de ser partilhada desde logo pelo Conselho Municipal da Educação e depois tiramos conclusões.

Os senhores deputados municipais já se devem ter apercebido que qualquer reflexão que faça sobre este assunto é sempre uma reflexão muito séria muito pensada. Não quero deixar que outro critério me invada quando estou a analisar uma questão desta dimensão.

Outra questão é do IC2.

A Câmara Municipal de Coimbra, já apresentou propostas alternativas em relação ao IC2, e foi ela que coordenou o estudo da ponte sobre o IC2. Estamos à vontade neste domínio, estamos prontos para conversar com o Governo sobre este assunto quando o Governo quiser.

Já expliquei que o que me preocupa no IC2, é o facto de o IC2 não ser lançado, não ser adjudicado.

Fui simpático para com o senhor Secretário do Estado quando ele cá veio, e não lhe disse que é absurdo o IC2 não ser adjudicado apenas a explicação de que há expropriações a fazer.

Mil obras foram lançadas com expropriações por fazer em Portugal. Porque é que esta não é lançada? Porque é que esta está há 2 anos para ser adjudicada?

Não quero ser vítima, mas se calhar é pela mesma razão que a Estação não é adjudicada, ou que outras coisas não são adjudicadas.

Verdadeiramente o que eu queria era de deixar de ter razão, nestas questões.

E o Governo chegar aqui, com uma varinha mágica, apoiado pelo partido que o sustenta, ou não apoiado pelo partido que o sustenta e viesse dizer de facto, nós temos sido absolutamente indiscretíveis no nosso relacionamento para com Coimbra, e agora vamos ser diferentes, vamos resolver aquilo que não resolvemos nestes 2 anos. Há 2 anos, que o governo está em funções. Há 2 anos que não faz uma adjudicação em Coimbra, mesmo aquelas que já estavam prontas! Há 2 anos que não define uma política em relação às questões essenciais de Coimbra, sejam elas, questões tão importantes como aquelas que foram levantadas, aliás pela moção que o Partido Socialista aqui colocou.

O que queria dizer em relação aos senhores deputados do Partido Socialista, é que de facto tenho três preocupações que aqui comungo convosco.

Preocupação em relação ao projecto do Baixo Mondego, recordo-me que foi o projecto do Baixo Mondego, recordo-me da avalia intensa que ele tem, em relação a toda a esta área agrícola e o que vejo nesta altura é que não há verbas, nem no Orçamento de Estado, nem em sítio algum para continuar a obra. Acho oportuno a moção que aqui foi aprovada. É agora que deve ser colocada a questão, o projecto do Baixo-Mondego acabou, não pensamos mais nisso? ou continua? Esta área agrícola é posta ao abandono ou tem direito de continuar a ser reconhecida? A obra foi só para gastar dinheiro ou para dar resultados? É esta a questão que tem de ser colocada com toda a proeza ao Governo e ao Partido que o apoia.

Sobre a questão o Hospital Pediátrico, recordo-me de uma intervenção escrita do Professor Carmona da Mota e que se calhar passou despercebida a muita gente num dos jornais de Coimbra.

Este Ministro tinha uma ideia quando era Ministro sobre o Hospital Pediátrico de cortar e cozer, diminuir o volume da obra para ela ser acomodadinha, isso foi

levado ao ponto de se cortar no programa do hospital pediátrico, foi a razão da confusão total, para se conseguir ir buscar verbas ao Quadro Comunitário de Apoio na altura, para a sua construção, tirando a necessidade de recorrer ao Orçamento de Estado.

O que é que na altura se disse aqui, e porque é que o caminho foi outro. Porque se nós recorrêssemos só ao Quadro Comunitário de Apoio, nenhum Centro de Saúde seria construído nos últimos anos na Região Centro. E, foi por isso que o percurso foi outro, o percurso foi apoiar no Orçamento do Estado e apoiar depois no Quadro Comunitário de Apoio. O que é que está acontecer agora, estamos a voltar atrás, porque o mesmo Ministro tem as mesmas ideias, o que está a acontecer é, o processo resvalar irmos QREN buscar, não sei a que programa mas duvido muito que seja o programa nacional, porque o que vão buscar certamente é ao programa regional é o que está previsto, o essencial das verbas para o Pediátrico, o Pediátrico aparado daquilo que o Ministro acha que não deve ter, com um programa inferior ao que ele deve ter, e depois vamos chegar à conclusão que os Centros de Saúde, por exemplo aqueles que à pouco aqui foram falados são concretamente o de Taveiro, o de Ceira e o de Almalaguês não são construídos porque não há verbas. Nesta altura, os três Centros de Saúde tem dotações de 5 mil euros no Orçamento do Estado, mas não há nenhuma perspectiva que possam ser incluídos para o ano, nós temos terrenos, já temos projectos para alguns, e já temos falamos com a Administração Regional de Saúde.

No que é que ficamos? Há Dinheiro ou não há dinheiro?

O Programa Operacional da Região Centro é só para o Pediátrico, não é um Programa Nacional?

Os grandes hospitais não vão ver as verbas aos programas nacionais?

Portanto, chamo a atenção que não podia ser mais oportuno aquilo que os senhores fizeram em relação à moção que apresentaram sobre o Hospital Pediátrico.

Queria também chamar a atenção, para a questão dos transportes, que parecendo uma má disposição do senhor deputado Vassalo de Abreu em relação a esta singular pessoa a um voto de condenação pelo acto sacrílego que fiz, que foi de colocar nos autocarros a verdade, a uma condenação liminar por mal dizendo do governo dizendo eu a verdade, a uma declaração de inconveniência por eu ter dito a verdade.

Queria responder da seguinte maneira:

Há em relação aos transportes várias questões que o senhor deputado Vassalo de Abreu deve refletir. A primeira é esta: - O que o Estado faz em relação aos transportes públicos é extraordinário; e tem sido extraordinariamente agravado nos últimos tempos porque cada vez há mais metros, cada vez há mais transportes públicos, diretamente financiados pelo Governo. E cada vez mais Coimbra está numa situação de maior desigualdade, se acrescentarmos a isto, o volume das despesas feitas com os combustíveis nós estamos a atingir uma situação que é de inusitada gravidade. Não sei o que é que foi feito anos anteriores. O que sei, é que a única iniciativa em relação a esta questão nos longínquos 1983 deu a possibilidade das Câmaras Municipais receberem o que hoje recebem, e de que não é mais do que isto - uma percentagem na compra de veículos novos - data desse tempo da minha intervenção. Os transportes são requeridos por nós com a participação do Estado, está lá escrito também que o Estado participou em tanto.

E portanto, o que era natural é que naquilo que falta, porque a grande questão é esta, enquanto os transportes públicos e privados, excepto os municipais, têm a

beneficiação da componente social, passes sociais são dados, dá dinheiro aos privados e aos públicos em relação ao uso social de transportes e aos municipais é zero. A outra questão fundamental que lá está escrita, ainda é mais escandalosa, é uma empresa pública chega ao fim do ano e diz, o meu défice de exploração é tanto, e o Estado vai cobrir o défice.

A questão fundamental é esta, durante 12 anos não tiveram isto por escrito, nos transportes colectivos, durante os últimos 3 anos também não, mas agora pensei que estava a chegar a altura de o fazer. E nessa mesma altura fiz um vídeo que está no site da Câmara em que explico, e sem qualquer demagogia exactamente aquilo que lá está escrito.

E mais aquilo que estou a fazer estou a seguir uma deliberação municipal. A Câmara Municipal deliberou fazer uma campanha pelo transporte público e fazer uma campanha de denuncia desta situação. Eu estou rigorosamente a cumprir isso.

A questão dos bombeiros pode comentar-se da seguinte maneira. De facto para os bombeiros sapadores adquirimos um carro que foi completamente ardido, num incêndio florestal em Mortágua. A Câmara Municipal comprou e pagou um carro para o substituir, custou duzentos mil euros que já estão pagos. O Governo veio dizer que comparticipava 50% deste carro, até assinei com ele o protocolo, mas ainda não chegou o dinheiro. O segundo pagamento do carro já foi feito à muito tempo, o dinheiro que o Governo havia de dar, e que eu muito simpaticamente fui agradecer, ainda hoje estou à espera.

Se o Governo agora der aos Bombeiro Voluntários uma viatura qualquer mais barata que seja, é uma grande ideia, ajuda-nos muito a todos.

Está nas obrigações do Governo para com os bombeiros voluntários. Porque o Governo só tem uma coisa de duas a fazer, ou cria bombeiros profissionais, ou apoia os bombeiros voluntários, agora não anda a fingir que os bombeiros municipais, os bombeiros sapadores são os bombeiros do Governo. Não são, são nossos, são pagos por nós! E nisso, como o Sr. deputado Vassalo de Abreu sabe, vão 15 % das despesas correntes do nosso orçamento, para além das despesas de capital. É isso que o Sr. deputado devia na sua missão da defesa do Governo e ao mesmo tempo o invectivar devia fazer uma moção dizendo que de facto o governo é injusto.

Se me permite esta sugestão o que o senhor deveria dizer, era de facto o Governo é injusto, cada vez mais injusto. Mas por um momento pense que pode ser um pouco mais justo para connosco, e era só isso que o senhor deveria dizer, e assim ficavam cumpridas as duas missões, a de Partido de apoio ao Governo, e ao mesmo tempo de consciência critica do mesmo Governo."

O deputado municipal Carlos Cidade interpelou o Presidente da Câmara para dizer o seguinte

“A intervenção do Sr. Presidente da Câmara fugiu responder concretamente à pergunta, mas subentendeu-se que a Carta Educativa tinha sido devolvida à Câmara Municipal sem aprovação.

O que levou a que tivesse interpelado o Sr. Presidente da Câmara, chamando a atenção da atitude inqualificável de não terem atendido as nossas razões quando na última Assembleia sugerimos um período de alargamento do debate para que a Carta Educativa tivesse algum sentido com a realidade educativa no Concelho e evitar que a Câmara Municipal de Coimbra tivesse sujeita a esta passagem de atestado de incompetência.

Por este motivo reivindiquei a necessidade de que a Carta Educativa viesse novamente a discussão na Assembleia Municipal, pois qualquer alteração que seja feita só poderá ser aprovada por este órgão."

Presidente da Câmara deu a seguinte resposta:

"O que diz o Ministério da Educação sobre a Carta Educativa fundamentalmente é: *"O referido documento, não se encontra em sintonia com os normativos da política educativa."*

-É isto que diz, e é verdade, eu não concordo com os normativos da política educativa, foi aquilo que lhe disse. E quando quiserem, que a Assembleia se pronuncie sobre isso vou trazer se for necessário aqui outra vez a questão, e o senhor vai dizer se está de acordo ou desacordo."

Também a deputada Margarida Fonseca pediu um esclarecimento:

"Eu separo os encerramentos previstos em termos da Carta Educativa (e lembro que não aprovamos a Carta Educativa) daqueles encerramentos que estava a falar, que são os encerramentos impostos pelo Ministério da Educação para encerrar em 2007, segundo intenções do ministério estas escolas não funcionarão.

Senhor Presidente o meu esclarecimento é só este, e até porque os Senhor acabou de dizer uma coisa que já reafirmou à pouco no seu discurso e que já tenho ouvido noutros discursos seus em relação a isto. Se não está em sintonia com as directrizes do Ministério da Educação o que é que obriga a cumpri-las?

Até reportando às questões das actividades de enriquecimento curricular, se muito está mal se calhar correcto, seria o Presidente da Câmara, perante o Ministério, dizer: *-os senhores querem que em 3 meses, uma atitude precipitada e se calhar leviana se mude tudo. É impossível! das X escolas só posso cumprir isso em 10 ou 12 porque as outras não tem condições, e enquanto eu não tiver condições eu não o faço.*

Os pais agradeciam e os alunos também pela qualidade.

Em relação aos encerramentos, deduzo que o Senhor Presidente da Câmara não concorda com esta política, o que significa que em Coimbra não vão fechar nenhuma escolas? É isso exactamente que eu queria saber, das 20 vai fechar alguma, não vai fechar nenhum, é isso que importava saber objectivamente."

O deputado Vassalo de Abreu usou da palavra para dizer o seguinte:

"Sr Presidente não fique com nenhum equívoco, como o Senhor deixou no ar de que a nossa moção era um invectivo ao Governo, não, não é! Digo-lhe o seguinte tenho o original da moção, que nós aprovamos na Comissão Política Distrital do Partido Socialista que tornamos pública na comunicação social. Se vir, é exactamente o básico essencial da moção que hoje aqui apresentamos.

Segundo aspecto se me permite este reparo, o Senhor Presidente faz cavalo de batalha, está no seu direito de criticar o Governo que é do Partido Socialista. Mas faça-lhe um desafio e vamos fazer um balanço nos 32 anos de democracia o tempo que o seu partido esteve no governo e o tempo que esteve o PS, e quais foram os investimentos estruturantes que um e outro trouxeram para Coimbra, vamos fazer esse balanço publicamente."

O deputado Nunes da Silva pediu a palavra para dizer o seguinte:

"Só queria explicar que esta bancada votou favoravelmente as três moções do Partido Socialista por uma razão óbvia, é que achamos que são correctas e aceitáveis politicamente.

Mas queremos exactamente dizer que, sempre que venham da bancada do partido socialista ou de outras bancadas ideias positivas, moções que consideremos favoráveis à melhoria das condições de vida dos munícipes, nós cá estaremos para as apreciar e para as votar. Nós fazemos política correcta, não fazemos obstrução não interrompemos, queria que entendessem e percebessem votar favoravelmente que cá estaremos sempre para isso, quando se justificar. Tragam-nos boas ideias e boas moções."

O deputado *Serafim Duarte* ainda sobre a intervenção do Presidente da Câmara disse que:

Se é verdade que os bombeiros sapadores são bombeiros municipais, se é verdade que eles oneram, ficam no orçamento da Câmara com 15% como disse o Sr Presidente, quero-lhe perguntar uma questão muito objectiva. É ou não verdade também que se não houvesse os bombeiros voluntários esse custo teria que alargar significativamente o quadro de bombeiros sapadores. E isso não deveria ter sido levado em consideração e de aumentar passos concretos no sentido da concretização do Quartel dos Bombeiros. Já que ao nível do próprio financiamento, que o município presta aos bombeiros de Brásfemes e de Coimbra é uma quantia irrisória que não dá rigorosamente para nada, foram 44 mil e 500 euros para o ano 2006, para dividir pelas duas cooperações.

É de inteira justiça desbloquear de avançar com o Quartel dos bombeiros voluntários.

A deputada *Maria Reina* em relação à Carta Educativa disse que: "acho que nós deveríamos aqui assumir quem votou a favor, foi um erro e uma precipitação votarmos a Carta Educativa.

Porque a questão da concentração do parque escolar, as normas do Ministério da Educação, eu não sou favorável a esta política educativa, mas à que reconhecer, que as normas de concentração do parque escolar são iguais para todos os municípios, porque as orientações são nacionais. Uma coisa é avaliar, e estar de acordo com as políticas educativas, outra coisa é reconhecermos que havia erros nesta Carta Educativa.

E por isso mesmo, se nós tivéssemos cedido um mês que era necessário para podermos avaliar isto, não estaríamos agora obviamente a receber um certificado de incompetência por termos feito uma carta educativa de que não é válida."

O Presidente da Câmara pediu a palavra ao Presidente da Assembleia para dizer que: "discordo em absoluto desta interpretação, em primeiro lugar trouxe aqui um livro, que é muito importante que é de um autor contra o fanatismo, acho que verdadeiramente trouxe-o numa altura adequada, por uma razão simples.

Por mais que uma pessoa se pense, que é a única que pensa bem em relação, a uma matéria qualquer, convém não o dizer, porque senão não fica bem."

A deputada *Maria Reina* retorqui dizendo que não queria entrar neste duelo.

"Mas sinceramente senhor Presidente da Câmara não tenho a veleidade de pensar que sou a única que penso bem em matéria educativa. Aliás, porque eu tive a honestidade de declarar na minha declaração de voto, que faz parte desta acta que

hoje estamos aqui para aprovar, em que dizia que tinha dúvidas, não subscrevia todas as intervenções, da dita oposição, como também não encontrava na Carta Educativa pelo pouco tempo que nos foi dado, e por aqueles lapsos que me pareciam, não deveria tomar uma posição sim ou de não, por isso me abstive. Realmente, convencimento não é comigo. Até porque quando falo com as pessoas olho para elas, não desvio o olhar."

Intervenção do Presidente da Assembleia

"Antes de passar à ordem do dia não quero deixar de ter o meu direito de palavra. Quanto à questão do meu amigo Vassalo de Abreu, sabe com certeza pois até ofereci o artigo, há vinte anos ou mais, era Ministro João Maria Oliveira Martins, fiz um estudo, e a coisa tem-se agravado. Passaram tantos governos mas agora é um caso dramático. Não vale a pena estar a fazer lei de competências, de revisão das finanças locais, (onde estive envolvido, com toda a honra), mas não vale a pena estar a ter justiça nos impostos, quando depois estas funções, que segundo a lei são municipais, em Lisboa e Porto são pagas pelo Estado. Com a agravante de que no orçamento 2007 haver um agravamento de 7% de indemnizações compensatórias, quando é de 1,2% para o Estado em geral e de 0% para as Câmaras.

É uma iniquidade insuportável, que vai piorando a favor de Lisboa.

Porque inclusivamente entre Lisboa e Porto quando o Metro de Lisboa é mais curto que o do Porto tem 10 vezes mais dinheiro.

A carris de Lisboa tem uma enormidade de dinheiro, realmente é um ponto onde se perdeu a cabeça com o dinheiro dado a 9 Novembro do ano passado. Em Portugal tem de haver um ponto em que tem de haver moralidade nas contas públicas, e deixar de haver diferenças entre Lisboa e Porto e o resto do país."

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à votação minuta da acta da sessão realizada em 27 de Dezembro último, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, tendo em conta qualquer correcção dos membros da Assembleia.

Período da Ordem do Dia

Como foi anunciado no início desta sessão e a pedido da Assembleia foi tratado em primeiro ponto a **Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Professor Doutor Rui Alarcão:**

O Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que felicitava o seu colega e amigo Martim Portugal Ferreira pela iniciativa da atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Professor Doutor Rui Alarcão, tendo a Câmara depois deliberado a sua atribuição, conforme a lei, um acto maior justiça.

Penso que isto exprime os sentimentos de todos.

Sob proposta do Executivo Municipal, a Assembleia Municipal de Coimbra aprovou por unanimidade e aclamação a Atribuição Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra ao Professor Doutor Rui Alarcão.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Seguidamente o Presidente da Assembleia colocou à discussão os dois pontos que se seguem:

Ponto 2 - Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2006:

a) Câmara Municipal de Coimbra:

b) Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra:

Intervenção do Vereador Marcelo Nuno:

Para começar o debate usou a palavra o vereador responsável pela área financeira Dr. Marcelo Nuno que numa longa intervenção acompanhando com quadros demonstrativos, disse o seguinte:

"Apenas dar duas ou três notas breves sobre o documento que no fim de contas para ajudar a resumir esse imenso documento que ai tem com todo o tipo de contas e com todo o tipo de números.

E começar com um valor, com um pequeno enquadramento do contexto, à semelhança do que fizemos o ano passado.

Para dizer que de facto se confirma a perda de cerca de cinco milhões de euros, portanto de 5% de receita, em virtude da entrada de funcionamento da nova lei das finanças locais. Portanto, tínhamos razão quando apresentámos o orçamento e vos dissemos que de facto isto vai acontecer e temos a comunicação da própria DGAL nesse sentido, e ainda bem que atempadamente nos preparámos para isso.

Ao contrário dissemo-vos também, quando falamos da nova lei das finanças locais tivemos a ocasião de a demonstrar aqui, a administração central contribui com um défice de 6 milhões de euros, para a dívida do estado e a administração local contribui com 61 milhões de euros mas positivos, ou seja, contribui para diminuir é um super habito que contribui para diminuir o défice total do estado como ali (quadro demonstrativo) podemos ver.

Portanto, os municípios contribuem para diminuir o défice público como também tivemos ocasião de dizer.

Aqui verificamos que apesar de todas as medidas restritivas, que o governo tem vindo a procurar implementar, medidas que saúdam na medida em que procuram restringir o défice, não estou a fazer nenhum juízo de valores sobre as consequências dessas medidas dos encerramentos das aberturas do quer que seja. Apenas dizer que de facto, era uma prioridade de reduzir o défice era um imperativo para o desígnio do País, podermos ter as contas em ordem, mas que apesar desse esforço, o défice aumentou em 3,23% e o que vamos demonstrar é que apesar do esforço que o Governo fez e que as Administrações Centrais fizeram, nós fizemos o mesmo esforço para dizer que de facto o esforço que o governo fez não foi bem sucedido e que nós o esforço que fizemos foi bem sucedido é a diferença que queremos demonstrar. Portanto, o dizer também e circunstanciar números do que é de facto de tratamento discriminatório para com a cidade de Coimbra, falou-se aqui muito dos transportes, este é o valor são cento e doze mil milhões de euros, que o governo transfere para as diferentes empresas para os diferentes serviços municipalizados e que não transfere para Coimbra, isto são apenas indemnizações compensatórias não estamos a falar nos apoios a aquisições de autocarros, estamos a falar apenas, das indemnizações compensatórias é isto que todos nós pagamos com os nossos impostos e ao qual não temos direito como cidadãos de Coimbra, ao invés este é o quadro que nós temos pago aos SMTUC ao longo destes anos, ou seja, sem contar aquilo que veio do PIDAC que foram cerca de meio milhão de euros.

Fizemos isto procurando agir sobre dois grandes grupos, que é conter a despesa e estimular a receita, acompanhar estes dois grandes grupos de modo a que a receita tenha a performance o mais próximo possível do nosso desejado e que a despesa seja o mais rigorosa possível.

E este quadro demonstra precisamente que ao nível dos custos operacionais tivemos melhorias muito significativas em tudo aquilo que era possível agir de imediato, ou seja, reduzimos os fornecimentos e serviços externos a 12% reduzimos os custos com pessoal, reduzimos outros custos operacionais, e tivemos uma diminuição de custos operacionais de 4, 42% o que é de facto muito sensível e há-de ser difícil encontrarmos qualquer outro organismo da administração pública que tenha tido esta performance.

Os resultados financeiros nós pusemos aqui para explicar algo que pode suscitar confusão ou dificuldade de percepção em termos quem não esta por dentro dos lançamentos contabilísticos.

O efeito das relações que temos com as “Águas de Coimbra” e as “Águas do Mondego” com as “Águas de Coimbra” é neutro, ou seja todo o dinheiro que recebemos das “Águas do Mondego” é transferido para as “Águas de Coimbra”, portanto, tem um efeito neutro na nossa contabilidade do seu ponto de vista dos saldos de tesouraria. E explicamos isto quando elaboramos o orçamento explicamos porque temos que escrever esta rubricas no orçamento, temos todo o cuidado já é a terceira vez que explico isto mas nunca é demais explicá-lo porque não é fácil perceber. É que a receita é registada como um resultado financeiro, ou seja, como um proveito financeiro, ao passo que o custo é registado como um custo operacional corrente o que poderia distorcer as avaliações que fazemos entre resultados correntes e resultados financeiros e por isso é que temos que expurgar este movimento do seu ponto de vista contabilístico para ele não distorcer as análises que fazemos. Portanto, temos um resultado financeiro muito expressivo, porque está aqui registado toda a receita que recebemos das “Águas do Mondego” e que depois transferimos para as “Águas de Coimbra”.

Quanto à evolução da receita importa dizer que ela teve um comportamento misto, ou seja, temos a receita total aumentou ligeiramente relativamente ao ano passado, mas, no desdobramento desta receita vemos que a receita corrente aumentou e que a receita de capital diminuiu. A receita corrente aumentou e passou para sessenta seis milhões de euros. É muito importante porque a receita corrente tem que se equivaler à despesa corrente, esta é um dos agregados que tem de estar em perfeito equilíbrio. Quando nós falamos em equilíbrio das contas, estamos a dizer mais do que o equilíbrio, estamos a dizer o equilíbrio e a sua consolidação, porquê! Porque não estamos a dizer apenas que as contas estão em grandes desequilíbrios tem um desequilíbrio de toda a receita ter sido maior que toda a despesa mas também que dentro da receita e dentro da despesa os grupos que se correspondem estão também eles equilíbrio isto é que é consolidar as finanças da casa. Ou seja, é fazer com que a despesa corrente seja menor que a receita corrente é fazer com que os capitais de curto prazo se equivalham às aplicações de curto prazo, não basta ter grandes equilíbrios para chegar ao final do ano e dizermos que tivemos um euro a mais na diferença entre receitas e despesas. É importante também que nesta desagregação haja equilíbrio entre alguns dos grupos fundamentais de modo a que as finanças estejam consolidadas. É isso que estamos aqui a demonstrar-vos, é que este equilíbrio existe, esta foi a evolução da receita corrente, e esta foi a evolução da receita total em que como vemos a receita de capital tem ali uma variação de 32% a menos. É o esgotar do Quadro Comunitário de Apoio, é a diminuição das verbas das contra participações que temos com os projectos, foi o diminuir das contra participações que passaram em alguns dos programas que tínhamos em desenvolvimento de 75% para outros em que apenas temos uma participação de 25%, portanto traduz digamos assim o esgotar do ultimo quadro comunitário de

apoio, para ter uma noção a diferença entre 2003 e 2006 a diferença que tivemos os recursos que nos dispusemos para realizar investimento foi de 16,7 milhões euros é uma diferença muito significativa em apenas 3 anos.

Aqui, vemos também o decréscimo desta transferência de capital através do fundo geral municipal, de todos os fundos em que as receitas de capital são transferidas para a autarquia e vemos que de facto existe um decréscimo muito significativo apenas do ano passado para este ano há um decréscimo 4,5 milhões de euros que é muito expressivo.

Analisando a despesa na sua natureza económica para percebermos onde é que actuamos, aonde ainda falta actuar qual foi o resultado daquilo que fizemos e aqui talvez o Dr. Vassalo de Abreu compreenda porque é que mostramos aqui performance do Estado, é que nós estamos a dizer que os sacrifícios que fizemos, resultaram de alguma coisa, nós falámos na última sessão e o Dr. Gouveia Monteiro disse que se está tudo tão bem porque nos sentimos tão mal? Nós de facto sentimo-nos mal, nós sabemos que gostaríamos de gastar mais, nós percebemos que desejaríamos aplicar mais dinheiro em mais coisas em melhorar o nível de atendimento dos munícipes mas, não podemos fazê-lo porque temos restrições, temos limitações, e o que nós estamos aqui a dizer é que valeu apenas fazer essas restrições, temos resultados positivos dessas restrições, elas resultaram alguma coisa, resultaram a diminuição da dívida, na consolidação da estrutura financeira da Câmara, é isto que estamos aqui a demonstrar é que esses sacrifícios valeram a pena. E está, aqui explicito isso mesmo, reduzimos naquilo que era possível cortar, cortamos onde sendo difícil foi possível cortar. Por exemplo, o nas remunerações variáveis ou eventuais, na aquisição de bens e serviços, caíram 9,61%, temos ali um aumento muito significativo de juros e outros encargos que subiram quase 60%, apesar desta subida de 60% nós conseguimos chegar ao final do ano, com uma redução total de 2,685 nas despesas corrente e sem os fluxos se expurgássemos aqui os tais fluxos das Águas que vos falei teríamos tido uma redução da despesa corrente em 15,11% que é muito expressivo. Vimos à pouco atrás que o governo aumentou em 3,23%, nós reduzimos em 15,11% foi um esforço muito significativo mas valeu a pena como aqui se demonstra.

Apesar disto, este é o quadro que espelha aquilo que tem sido a média anual dos investimentos e dividimos isto por mandatos, porque já o fizemos no ano anterior, vamos manter este critério vamos no próximo ano vamos mostrar-vos outro quadro igual a este, esta é a diferença entre a proporção de investimentos nos diferentes últimos quatro mandatos.

O próximo quadro tem a seguinte explicação: nós estamos proibidos, nós estamos impedidos de gastar em cada ano um cêntimo a mais, do que aquilo que foi orçamentado no ano anterior com despesas de pessoal, a lei estabelece algumas excepções e quais são essas excepções, são os agravamentos decorrentes do aumento das tabelas salariais, são as transferências das competências para os municípios e são regularizações de dívidas e outras circunstâncias que aqui vem espelhadas. O que é que nós viemos demonstrar aqui, se reparamos aqui neste quadro, verificamos que as despesas com pessoal aumentaram seiscentos e oitenta e nove mil euros, ou seja, 2,45%, porque o aumento resultante a actualização dos vencimentos são quatrocentos e dezasseis mil euros, pagamentos das dívidas à CGA para ADSE e a regularização o aumento das contribuições para a CGA, que aqui falamos de 10% para 13%, e agora de 13% para 15%. Falamos aqui aquando a aprovação do orçamento provocaram no ano de 2006 aquele agravamento, de quatrocentos e dezanove mil euros. Nos tínhamos dito que íamos andar a rondar os

quinhentos mil euros, não falhamos por muito, falhámos por quarenta mil euros. E duas transferências de competências, que aqui ligamos apenas estas duas, para termos o valor total que a rubrica de gastos com pessoal aumentou, e para vermos qual foi aquilo, mesmo a lógica orçamental teríamos tido um aumento de um milhão e duzentos e trinta e cinco mil, ou seja, se nós deduzirmos o valor que à pouco tínhamos ali com o aumento, teríamos tido uma redução de novecentos e treze mil euros, ou seja, se não tivessem acontecido estas circunstâncias que aqui estão, e que o próprio diploma prevê como excepções nós teríamos tido uma redução das rubricas do pessoal de novecentos e treze mil euros, o que faz com que o peso do pessoal no computo global da despesa corrente tenha decrescido para níveis muito próximo de os de 2004 e apenas superado pelos níveis de 2002, ou seja 43,53%.

Aquilo que vos disse à pouco a receita corrente verso despesa corrente em equilíbrio, ou seja, temos receita corrente excedentária relativamente à despesa corrente e uma performance que pretendemos manter, que importa manter para gerar poupança, produzir poupança e podermos encurtar o volume das dívidas é daqui que vem a diminuição das dívidas, é desta diferença entre aquela linha vermelha e a linha azul, e o computo global da Câmara também em equilíbrio onde vemos que de facto os anos onde houve maior investimento, onde houve maior esforço municipal na relação de investimento que se traduz no défice que temos vindo a procurar diminuir.

A dívida orçamental estava em Dezembro em vinte e seis milhões de euros sensivelmente, presentemente antes da sessão de Câmara, não actualizei desde essa data, estávamos com vinte e seis milhões de euros, mas à data de, estávamos com vinte e cinco milhões de euros, e quero dizer-vos que de hoje a um mês, estaremos sensivelmente com vinte e quatro milhões de euros. Portanto, presentemente estamos com uma dívida de 25,5.

As taxas de execução nós dissemos também que na medida dos orçamentos são mais apertado, na medida que temos um orçamento mais reduzido, mais adequado àquilo que é a capacidade de realização dos diversos serviços as taxas de execução aumentaram da mesma medida que aumentaram as transferências alterações orçamentais, porque os serviços têm todos eles menos folga para realizar as suas previsões, as suas projecções e para executar o seu plano de actividade já é um folga muito menor trabalham com menos margem de segurança tem menos gordura a que recorrer sempre que tiverem de fazer alguma alteração. E portanto as taxas de execução são necessariamente maiores o que é importante, é bom, aumenta também a transparência como fazemos os orçamentos com que controlamos a sua execução.

Como podemos ver, no que diz respeito aos cabimentos aos compromissos as alterações aos pagamentos, vemos que o último ano de 2006, é sempre superior a qualquer um dos outros, as taxas de execução aumentaram muito significativamente por via disto que vos acabei de explicar, ou seja, temos menos folga, orçamental, temos maior controlo de execução mas há uma folga muito menor no que diz respeito as possibilidades dos serviços substituírem uma despesa por outra uma receita por outra ou um programa por outro inclusivamente. Isto é item por item, cabimentado facturado, o comprometido etc. etc. em que se pode comprovar que de facto os níveis de execução aumentaram muito significativamente.

Depois um último quadro, onde podemos ver aquilo que eu acabei de dizer, ou seja, a folga que existe, entre o que é orçamentado e aquilo que verdadeiramente é

executado diminuiu muito significativamente. Isto é importante, significa que há mais transparência, não quer dizer que antes não houvesse transparência, há mais transparência, mais rigor mais controlo no que diz respeito à execução orçamental isto é um ganho, penso que todos temos que saudar, e que esta expresso nos documentos na apresentação de contas que vos foi entregues.

Quanto às GOP, o cenário é sensivelmente sempre o mesmo, ou seja, também o nível de execução muito superior em todas as lógicas em que abordemos a questão, no cabimentado, no facturado e no pago. Podemos ver isso em cada um dos casos, em que vemos que de facto aumentou muito significativamente.

Depois um último quadro que é importante referirmos, dissemos há pouco que o esgotar das verbas dos quadros comunitários levou a um apoio cada vez maior nos capitais próprios da câmara, ou seja, estamos a financiar os nossos investimentos, as nossas fontes de financiamento são cada vez mais internas, são cada vez mais os nossos próprios financiamentos e cada vez menos os financiamento alheios, que passaram de uma desproporção de sessenta/quarenta, sensivelmente em 2002, para oitenta/vinte agora, ou seja, entre fundos próprios 80%, 20% fundos alheios, o que gera também uma grande pressão sob ponto de vista financeiro, gera uma grande tensão e é isto que todos nós temos que perceber e que obviamente que gera tensões na tesouraria, leva atrasos e foi a situação que vimos vivendo ao longo dos últimos dois anos. Aqui uma diferença, apenas para termos uma noção do que isto significa, em termos absolutos, para vermos que os financiamentos alheios a diferença entre o que foi verificado em 2004 e que se verificou em 2006, são 15.8 milhões de euros de financiamento alheios que em 2004 existiram e que não existiram agora em 2006. Portanto, é uma diferença muito significativa como podem compreender.

Tinha aqui uma nota sobre recursos humanos, mas responderei se for necessário, é uma das áreas que demos como exemplo daquilo que foram medidas de rigor, medidas de contenção medidas de maior controlo na execução que não sei se vale apenas estar a esticar muito, apenas dar uma passagem muito rápida nem sequer vou ler, algumas das obras de serviços que mostramos, mostramos para ilustrar precisamente este maior aperto, maior controlo que temos vindo a procurar implementar nas mais diversas áreas nos diversos domínios, mas apenas dizer-vos que há um novo sistema de controlo de assiduidade, há regulamentos de horários de trabalho, há regulamentos de prevenção e controlo de consumo de álcool, há regra de reversão de vencimentos de exercício perdido, há maior controlo de disciplina do sistema de abonos e descontos e no absentismo, há um sistema de avaliação que o SIADAP, que o governo implementou que nós já estamos a seguir e há um novo despacho que diz respeito às promoções e reclassificações que subjuga as promoções e reclassificações ao super interesse da Câmara, cria um conjunto de regras que todas devem seguir de modo a que não se verifique algo que se verificava antigamente. Que era sempre que um funcionário melhorava a sua qualificação pedia a sua reclassificação ou promoção e ela era quase automaticamente atribuída, agora não é assim, agora tudo tem de passar pelo super interesse da câmara, há ou não há interesses em função disso é que tudo resta se joga.

Quanto a alguns dados dos recursos humanos, houve este ano uma diminuição dos custos exercícios em 1,96%, há trinta mil quatrocentos e trinta e duas horas de formação mil e seiscentos e trinta e oito participantes, diminuição de ausências em 11%, o desdobramento do porquê desta diminuição em acidentes de serviços em doenças e faltas injustificadas. As faltas injustificadas aumentaram em 900%,

porque decidimos também passar a olhar com mais atenção para a justificação das faltas, porque a justificação das faltas eram dadas sem qualquer critério, deixou de ser assim, as pessoas tem de justificar de facto porque é que faltaram, não quer dizer que as justificações não sejam sempre aceites, são aceites quando elas são plausíveis, quando têm enquadramento legal, e quando têm cabimento naquilo que é de facto a situação que o trabalhador viveu.

A taxa de absentismo também diminuiu 1,09%. Este é o gráfico do absentismo, e apenas dizer que, o número de efectivos aumentou 28% este ano, mas poderíamos dar aqui mais explicações, poderíamos falar de inúmeras competências como há pouco ainda falámos, que foram transferidas como os Julgados de Paz, e outras mais, mas só dar um número que resolve isto tudo 32 foram os novos polícias municipais integrados entretanto no concurso que foi aberto, julgo que antes do primeiro mandato do Dr. Encarnação. Este aumento de 28 é inclusivamente menor do que esses 32 que entraram de novo, ou seja, significa que se compararmos sem estas novas entradas, sem as competências que entretanto nos foram transferidas nós teríamos tido uma redução muito significativa do número de efectivos relativamente ao ano anterior.

Também no que diz respeito aos contratos de avenças e tarefas, houve um aumento de 16% mas, há uma justificação para 48 professores de expressão, de física ou motor de ensino básico, cujos contratos terminam agora entre 2006/2007, que constam do exercício de 2006 sem os quais nós teríamos tido uma redução 32 contratos de avença e tarefa, porque não houve aumento, houve pelo contrário uma significativa redução a este nível e aquilo que queremos demonstrar hoje aqui aos Srs. deputados municipais, já demonstramos a Câmara também, é que de facto é, uma política de rigor, de contenção como tem de ser.

Para terminar e para responder a questões que nos venham a colocar, teremos a ocasião de falar das outras duas medidas que vêm aqui que são da nossa área, e que têm a ver com financiamentos alheios.

Para dizer que esta apresentação de contas é apenas mais uma evidência do caminho que vos dissémos que íamos seguir, dissémos também que não iríamos nunca na tentação de responder nem em público, nem em privado a muitas das provocações que nos foram fazendo, a muitas das instabilidades que foram tentando criar. Temos um rumo, um rumo é da consolidação orçamental financeira da Câmara, que estamos a consegui-lo e este relatório é apenas uma evidência daquilo que sempre vos dissémos que em 2 anos, ou seja, que no final deste ano, as contas estarão em perfeito equilíbrio, e mais do que perfeito equilíbrio em perfeita consolidação."

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):

“Apreciar o relatório de gestão e contas de um certo e determinado período passa essencialmente por avaliar a concretização do que foi proposto, naturalmente a partir da apreciação pela CDU antecipadamente feita aquando da apresentação das Grandes Opções do Plano para 2006.

É um facto ter sido intenção da maioria PSD/PP que no ano de 2006, apresentasse uma forte redução da despesa, justificada, então, não por um procura de equilíbrio orçamental ao qual correspondesse uma opção por investimento selecionado em razão de prioridades claras e abertamente discutidas com todos os interessados, mas sim, tendo como justificação imposições externas, por via das reduções de transferencias orçamentais para as autarquias, o aumento do IVA e suas

repercussões no orçamento camarário, etc, resultado da prática de um governo central insensível às necessidades do poder local.

Sendo que a insensibilidade do governo central é verdadeira, não o é menos a incapacidade de Coimbra fazer afirmar o seu papel no todo nacional, sendo sucessivamente subalternizada face a cidades com idêntica e até menor dimensão.

Desta realidade não podem alijar responsabilidades os deputados eleitos por Coimbra, todos, particularmente os do partido maioritário que, por diversas vezes, mesmo contra os interesses daqueles que os elegeram alinham acriticamente com o Governo e as suas políticas.

A tibieza com que a maioria PSD/PP na Câmara de Coimbra enfrenta o Governo Central na reivindicação do tratamento que Coimbra merece, é outra face da mesma moeda.

-Quando passaremos das piedosas queixas quanto ao facto consensual de serem os municípios de Coimbra que efectivamente pagam o serviço metropolitano de transportes e com isso vêm prejudicada a sua qualidade de vida e assumiremos acções que os associem aos protestos e exigências;

-Para quando uma afirmação de brio conimbricense exigindo a participação do governo central nas obras (poucas) que estão previstas para Coimbra - atente-se à posição subserviente que os responsáveis eleitos por Coimbra, autarcas e deputados do PS, PSD, ou do PP têm mantido relações com o poder central.

-Exemplo paradigmático é o das relações com o Ministério da Justiça assumem-se responsabilidades - seja na construção do novo Palácio da Justiça, na cedência de terrenos no planalto de Sta. Clara para as instalações da PJ, ou nas negociações para a transferência da Penitenciária sem se conhecerem quais as contrapartidas ou mesmo se as haverá.

-Para quando para as autarquias um tratamento igual ao dos clubes e ou SAD que construíram estádios para o Europeu de Futebol, no que diz respeito às bonificações dos juros.

Esta Assembleia, Sr. Presidente, constitui uma boa oportunidade para ouvir boas novidades, se as houver.

Optou-se, então, para 2006 por uma gestão poupadinha na despesa, suportado o crescimento da receita mais uma vez pelo crescimento em mais 15,3% dos impostos directos (sobre a propriedade imobiliária, essencialmente) que atingem, hoje 40,62% das receitas correntes, sem que se encontrem, por parcerias, com entidades públicas ou privadas, ou recorrendo a fundos comunitários uma maior disponibilidade financeira que permite fazer-se o que é necessário em Coimbra. Optou-se por parar o investimento, avançou só o que já não poderia ser impedido.

Mas mesmo assim, nem isso, vejamos alguns exemplos das prioridades estabelecidas, e concretizadas pela maioria:

Para a redução na aquisição de bens e serviços ou na redução das transferências correntes.

Quanto à consolidação e recuperação do Convento de S. Francisco – A uma dotação de 750 mil euros, competiu uma realização de 113.000 euros;

Para o equipamento do Teatro da Cerca de S. Bernardo existia uma dotação de 947 mil euros a que competiu uma realização de 86 mil;

Para o Jardim-de-Infância de Montes Claros, para uma dotação de 544 mil euros, realizou-se 2.434;

Para a remodelação da escola de Cernache na Lameira, uma dotação de 275 mil euros, realizados 11.000;

O apoio ao associativismo cultural com uma dotação de 1.069.000, realizou 359.000, sendo que esta área o apoio às actividades relevantes que de uma dotação de 589.000 utilizou 59.000 €.

Estes são meros exemplos que se poderiam multiplicar.

É certo que não estamos num tempo de abundância, mas como já se disse, é nestas alturas que se exige uma maior imaginação para garantir a máxima concretização dos projectos, envolvendo toda a estrutura autárquica na definição de prioridades e não deixando estas exclusivamente aos critérios do deve e haver dos contabilistas.

É por inexistir uma estratégia de mobilização de todas as capacidades existentes na cidade que se trata de forma humilhante, mais uma vez, as freguesias e os seus eleitos.

Não bastando não terem sido aumentados em termos nominais os valores a transferir para 2006 (correspondendo a uma diminuição real relativamente a 2005) às freguesias correspondeu um montante de 3,12% no total geral da estrutura da despesa em 2006, o que para além de constituir um a quebra evidente dos compromissos assumidos eleitoralmente, é também um grave erro político da maioria que demonstra a sua vocação centralizadora, incapaz de confiar na capacidade de realização dos outros.

Ou seja, a maioria PSD/PP não tem capacidade de realização mas não deixa fazer quem ao longo dos tempos tem demonstrado essa capacidade.

Desinveste-se na cultura, na educação, na reabilitação da cidade, ao mesmo tempo que se consolidam os grandes projectos urbanísticos, cuja utilidade a não ser a especulação, não se vislumbra.

O facto de existir um saldo líquido positivo nas contas da autarquia, só por si nada indica ou, pelo contrário, indica um conjunto de opções que não melhoram, antes atrasam a evolução positiva das condições de vida para os cidadãos de Coimbra, afinal de contas a verdadeira e única razão que justifica a nossa condição de autarcas.

Por todas estas razões não é possível à CDU avaliar estas opções.”

Intervenção do deputado municipal Barbosa de Melo (Por Coimbra):

"A minha intervenção sobre este assunto começa por uma frase que todos conhecemos, "que não é possível fazer omeletes sem ovos", o problema que esta Câmara tem está relacionado com este problema.

É bem sabido de todos, que durante o mandato do anterior executivo 2002/2005, houve um conjunto de decisões, a maior das quais, foi a decisão de construir o Estádio pelas suas implicações financeiras, mas não só houve também um forte aumento do ritmo de construção de novas infraestruturas na Cidade que está visível, houve aumento da despesa corrente, absolutamente essenciais para que o município pudesse assegurar as soluções que agora passaram a competir. Houve um conjunto de causas que fez com que este executivo, que tomou posse à cerca de dois anos, se visse confrontado com uma situação de dívida de médio e longo prazo, e de dívida a curto prazo muito complicado.

Isto é uma coisa que o próprio executivo reconhece, é bom que assim seja e que haja clareza nestes debates para que possamos nos entender.

Tudo isto tornava imperativo, ao iniciar o seu mandato, o actual executivo se atrevesse em abordar por uma política de contenção de rigor orçamental de controlo apertado da gestão, de certo pouco popular, mas absolutamente essencial para restituir ao município no futuro próximo alguma capacidade de investimento e de operação corrente que ambas essenciais para se poder prosseguir o caminho de

afirmação regional e nacional deste nosso município. Como também já foi dito, neste clima final de um Quadro Comunitário de Apoio, até está bem visível no documento, que de facto envolve grandes abaixamentos dos volumes financeiros postos à disposição do Município.

A bancada da Coligação "Por Coimbra" congratula-se portanto, em primeiro lugar por este Executivo ter entendido bem o problema e de ter tido a coragem em vez de fingir que nada acontecia, e de não fugir às suas responsabilidades de executar nesta fase uma política consistente de retracção e de consolidação orçamental.

Em segundo lugar, é preciso dizer que assumido como foi, e bem, esse risco também político naturalmente, de desenvolver um programa menos popular, nesta fase era preciso o mais difícil, executá-lo.

Toda a casa estava habituada que o dinheiro fosse gasto de uma certa forma. Mudar isto, é uma coisa que envolve milhares de pequenas decisões todos os dias, tudo isto envolve muita perseverança e muita determinação e é bom ver que dois anos volvidos, estão aí estes excelentes resultados. Há uma melhoria fantástica de tudo o que tem a ver com taxas de execução, o que é muito importante que cada vez mais um orçamento seja uma peça verdadeira, que vai ser executada e controlada. Este ano há um salto muito bom em todas as taxas de execução qualquer que seja a óptica.

A forte redução da despesa em algumas rubricas e do seu ritmo de crescimento noutras. Às vezes é difícil reduzir e também impedir que cresça tanto.

Parabéns ao Executivo pelos difíceis resultados que já conseguiu obter até este momento.

Naturalmente o grupo "Por Coimbra" gostava de ver ainda mais e ainda melhor, porque somos todos exigentes e somos gente que não se contenta com pouco. Sentimos todos nós que alguns dos nossos sonhos e dos projectos que nos animam e que fizeram parte do nosso programa eleitoral estão andar mais devagar do que aquilo que gostaríamos e do que gostaria a maioria dos cidadãos desta Cidade em especial quem votou no nosso projecto. Mas compreendemos bem que as nossas utopias, os nossos projectos têm de ser temperados pela realidade fria dos números e neste momento era absolutamente imperioso pôr em ordem as finanças do Município de forma a prepará-lo para novos ciclos de actividade, de investimento que contribuam para reforçar a afirmação de Coimbra no contexto regional e nacional.

Votaremos a favor deste Relatório até porque em última análise corresponde àquilo que há um ano foi anunciado que ia ser feito."

Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Viegas

“Ouvi com atenção a apresentação das contas feitas pelo Ministro das Finanças, pena é que muito sinceramente lhe diga que não posso com bastante mágoa minha partilhar do entusiasmo e satisfação que esteve presente nela.

É notório que houve uma pequena recuperação no ano de 2006, pena é que essa, tenha sido feita também à custa das juntas de freguesia. Estas não só, não viram aumentadas as verbas para realizar obra, como pelo segundo ano consecutivo, pela pomposa frase de cativação ficou a C.M.C. com 10% das verbas protocoladas com as freguesias.

Como se isto não bastasse, estamos no final do mês de Abril e contrariamente ao que vinha acontecendo não pagou V.Exa. um apreciável valor às Juntas de Freguesia proveniente de obras dos protocolos de 2006.

Pela parte que me cabe deve V.Exa. 5.050 € à Junta de Freguesia de Castelo Viegas, obras feitas em Setembro/Outubro, dinheiro esse, quase todos os dias reivindicado a partir do dia 1 de Janeiro de 2007 pela empresa de construção civil "Isabel & Harvey", com sede nas Cerdeiras, Miranda do Corvo. Digo a partir de 1 de Janeiro de 2007, porque e apreciávamo-lo por isso, logo que as obras fossem auto-medidas, pagavam sempre até 31 de Dezembro.

Senhor Presidente, indiscutivelmente tinha V.Exa. pelas Juntas de Freguesia uma paixão e uma confiança que nos sentia a todos nós bastante honrados. Afirmou V.Exa, por várias vezes, e continua a fazê-lo que, as suas freguesias deveriam ter mais autonomia (com dinheiro é claro) para poderem realizar obra, comprometeu-se mesmo a aumentar o valor para as Juntas de Freguesia em 100% e em tempo de vacas magras perdeu V.Exa. a oportunidade de a troco de uns poucos euros, não aparecer como está patente, que para além das economias fortes nos pequenos gastos, aparecem também as juntas de freguesia a contribuir para os menos maus resultados apresentados pelo Ministro das Finanças e respectivos Secretários de Estado.

Na esperança de recuperar os 5.050 € que a C.M.C. nos deve, fiz pela primeira vez desde que sou autarca vários contactos, o primeiro foi na última Assembleia Municipal e muito sinceramente lhe digo que fiquei convencido de que em todo o mês de Março me pagariam, até cheguei a dizer ao empreiteiro que isso iria acontecer, quando começo a bater a outras portas também na esperança não tinha morrido o óbito da esperança aconteceu na quinta-feira Santa e teve o Sr. Dr. Olinto como cirurgião, a passar tão inconveniente gesto.

Boas amêndoas de Páscoa recebi da C.M.C.

O aprofundamento mais técnico destas matérias será feito por quem mais do que eu sabe, uma vez no curso de Montador Eletricista apenas no último ano dávamos orçamentos, contas e obras e lembro-me que existia uma linha que se destinava a aumentarmos em 10% para materiais miúdos e imprevistos os referidos orçamentos.

Senhor Presidente este balanço das contas, fez-me recordar esse tempo, o que foi poupado foi nas juntas de freguesia que em analogia com os orçamentos que fazíamos não entraram V.Exas. com esses 10% destinados a estas pequenas e insignificantes entidades que são as Juntas de Freguesias e que em tempos eram a paixão do senhor Presidente da Câmara.

Termino com esta graça, a fazer fé naquilo que me disse, o seu estado físico é óptimo, sendo assim só posso concluir desta maneira, a sua ginga a bicicleta já foi para a sucata, compre outra mais moderna para o levar novamente às vitórias, ou vai V.Exa mudar de modalidade desportiva?"

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues (Bloco de Esquerda):

"Apresenta-se-nos o balanço da gestão de 2006. Não se trata agora de apreciar as opções de despesa, receita e investimento tomadas, mas tão só a consecução do orçamento aprovado.

Quanto às receitas verificou-se uma quebra relativamente ao previsto em sede de orçamento de quase 43%, sendo a quebra no caso das receitas de capital de mais de 71%! Aqui as transferências de capital tiveram uma quebra de cerca de 48% mas independentemente das causas dessa quebra, esses menos de 9 milhões de euros estão longe de explicar a quebra de quase 40 milhões de euros relativamente ao previsto como receitas de capital.

Quanto às receitas correntes também se verifica uma quebra de cerca de 25% relativamente ao previsto, não obstante o IMI, que constitui a principal fatia das receitas municipais, se ter situado 5,52% acima do previsto, bem como IMV e a CA (quase 9 e 18% respectivamente): os gestores municipais não são capazes de prever adequadamente as receitas mas os munícipes são mais sobrecarregados do que o previsto.

Quanto às despesas verifica-se uma quebra de mais de 75% relativamente ao previsto de aquisição de bens de capital.

As aquisições de bens e serviços sofrem uma quebra relativamente ao previsto de mais de 52%. Ou eram despesas supérfluas e não deveriam ter sido orçamentadas ou tal reverterá em prejuízo dos munícipes.

Verifica-se ainda que a quebra relativamente ao orçamento nas transferências para outras entidades, no conjunto de despesas correntes e despesas de capital, é quase de metade (48,42%) no caso das freguesias que elaboraram os seus orçamentos com base naquela previsão (menos cerca de 14% do que em 2005).

Uma gestão municipal que falha nas previsões de receitas correntes como a derrama em mais de 50%, na previsão de receitas de vendas de bens de investimento em quase 95% (a previsão era de quase 35 milhões de euros), que faz aumentar de 2005 para 2006 o serviço de dívidas em mais de 166,5% (também por causa de mais um empréstimo a curto prazo), que falha no cumprimento dos seus compromissos, que não planifica nem investe demonstra estrondosa incompetência. Pretende esta Assembleia avaliar esta gestão desastrosa e até autorizar novos empréstimos a quem piora a vida dos seus trabalhadores e dos munícipes, obstrui o trabalho das freguesias e, face ao desastre financeiro o que decide é comprar automóveis novos?

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):

"...sobre o das contas da Administração Central, referiu a falta das indemnizações compensatórias para o financiamento do défice de exploração dos transportes de Coimbra. Pelos vistos nada se alterou relativamente ao ano de 1975, porque já nessa altura e quando eram os Serviços Municipalizados com as três explorações, transportes, águas e electricidade, recordo-me que uma delegação de trabalhadores responsáveis dos Serviços Municipalizados de Coimbra juntaram aos dos transportes do Barreiro dirigiram-se à Administração Central e parece que não foram tão felizes como hoje responsáveis da nossa Câmara Municipal.

Sei que o nosso Presidente da Câmara é uma pessoa empenhada e por não posso deixar de partilhar pela mágoa, pelo fracasso, pela incapacidade e desilusão que sentiu junto dos Governos de Durão Barroso e de Santana Lopes por também não terem resolvido este problema, como em 1975.

Mas creio que o Sr. Presidente da Câmara compartilha das mesmas preocupações que os deputados municipais do Partido Socialista. É sabido que nós também não compreendemos do défice de exploração não seja participado. Estou certo que nosso Presidente da Câmara com empenhamento conseguirá com êxito, com engenho e arte, com este Governo que é de forma com as pessoas na sua principal preocupação, e o serviço de transportes é uma necessidade básica das nossas populações.

Relativamente ao Relatório e às Contas, para o Partido Socialista o Orçamento e as Contas são documentos fundamentais da gestão democrática dos Municípios, logo por isso deverão ser documentos de verdade e rigor e não meros papeis para fazer contas. Se o Orçamento é uma previsão de receitas e despesas marcada pelo

equilíbrio de umas pelas outras, o Relatório e as Contas marca a execução, o seu grau de verdade com essa mesma previsão.

Este Relatório, o que afinal traduz, é o descrédito do rigor que deveria presidir à elaboração do Orçamento para 2006.

Das receitas previstas de 142.916 milhões de euros, apenas se realizaram 82.773. Ou seja, a realização é de apenas 57,9%, a verdade da previsão orçamental assenta apenas em 57,9%. Aquando da votação do Orçamento para 2006, logo os vereadores do PS chamaram a atenção que o mesmo não respeitava o princípio do equilíbrio orçamental. Infelizmente não se enganaram! Por exemplo: este orçamento previa a angariação de receitas no montante 29.750 milhões de euros, resultantes da venda de terrenos. Era uma previsão que se sabia que não era concretizada, porque nem se referiam os terrenos em causa e apenas servia tal hipotética venda para prever a realização de despesas, para conseguir este falso equilíbrio orçamental. Constata-se agora pela conta de gerência de 2006 que tal princípio de equilíbrio orçamental não foi conseguido, como o PS afirmou e denunciou na altura.

A dívida a terceiros totaliza 31.867 milhões de euros, quando a disponibilidade de operações de tesouraria transitáveis ficam-se apenas pelos 3.442 milhões de euros. Fazer isto, conscientemente não é tratar com rigor, com verdade democrática documentos fundamentais. Como podemos ter como correcta aquela dívida referida a terceiros (fornecedores e empreiteiros) se dela faz parte a das Águas de Coimbra e não foram ainda apresentadas as contas dessa mesma empresa municipal. E no que concerne à dívida a médio e longo prazo verifica-se que no final de 2006 totalizou 39.071 milhões de euros contra 31.558 milhões de euros em 2005. Portanto, a dívida a médio e longo prazo aumentou em mais 482 mil euros.

Não se compreende pois o optimismo apregoado pela actual maioria, a não ser que venha pela contratação de mais um empréstimo para pagar dívidas resultantes daquela irrealista programação orçamental.

O PS não se pode comprometer com tais papeis, por isso votará contra o Relatório de Contas."

Intervenção do deputado municipal José Miguel Pacheco (CDU):

"No que respeita ao Relatório e Gestão de Contas dos SMTUC a CDU irá abster-se essencialmente por dois aspectos:

O primeiro, prende-se com o número de passageiros transportados que voltou a descer em 2006 em 0,9%, o que significou menos 248 mil passageiros transportados.

Recorda-se que já em 2005 tinha havido uma descida de 0,8%, menos 231 mil passageiros transportados, na altura justificada com a subida ocorrida no ano anterior provocada pela realização do Euro.

Em segundo lugar, julgamos que a Autarquia está longe das suas capacidades reivindicativas no que respeita à contestação à dualidade de critérios que existe por parte do Governo na atribuição das indemnizações compensatórias que deveriam suportar o papel social que os transportes públicos devem desempenhar em todo o País e não só Lisboa e Porto.

Julgamos mesmo que o Sr. Presidente da Câmara com as qualidades que lhe são reconhecidas tem capacidade para fazer muito mais e melhor e liderar a colocação desta questão numa discussão de âmbito nacional dada a insustentabilidade moral dos actuais critérios e dado que não se trata de um problema que apenas afecta Coimbra mas muitas outras cidades.

Ao contrário do PS aquilo que a CDU considera inaceitável, despropositado e insólito são os critérios ou a ausência deles na atribuição das indemnizações compensatórias aos vários serviços municipalizados de transportes.

Por último dizer ainda que a política de transportes do Governo para além de investir zero nos SMTUC, continua a colocar prazos em cima de prazos no que respeita ao projecto Metro Mondego, essencial para a melhoria da mobilidade no concelho e distrito de Coimbra, enquanto discute no Porto este fim de semana se vão avançar 3 ou 5 linhas.

É caso para dizer e em jeito de desabafo que os únicos transportes que o Governo quer ver andar em Coimbra são os transportes dos resíduos industriais perigosos a caminho de Souselas."

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (Bloco de Esquerda):

"Sobre a Prestação de Contas pelo executivo, permitam-me uma breve nota prévia. Na sua intervenção, de há pouco, dizia o senhor deputado Barbosa de Melo, a propósito das dificuldades por que passará o executivo, que "não se fazem omeletas sem ovos". Aproveitando o dito popular, eu diria que uma família de recursos financeiros médios que não atenda às satisfação das necessidades básicas dos seus filhos, não cuidando adequadamente de os alimentar, vestir, calçar e educar, é natural que chegue ao fim do ano com um saldo financeiro positivo. Mas isso à custa da qualidade de vida e bem-estar da família. Ora o executivo faz o mesmo. Não investe nem atende às necessidades básicas das populações e assim não admira que feche as contas com saldo positivo.

Mas a minha intervenção irá incidir sobre a prestação de contas dos SMTUC.

A análise do relatório de gestão dos SMTUC dever-nos-ia induzir a uma reflexão bem mais profunda e global sobre os problemas de mobilidade, circulação e transportes urbanos, que constituem hoje uma das principais preocupações para a gestão sustentável das cidades e ordenamento do território.

Nesta, como aliás noutra áreas de gestão, a cidade carece de uma estratégia claramente delineada que estructure e organize os eixos centrais de uma política articulada de mobilidade, acessibilidades e circulação rodoviária, sem a qual continuará a reinar o caos organizado, a poluição sonora e ambiental, o stress e a insegurança de circulação para automobilistas e sobretudo para os cidadãos transeuntes.

Respigando alguns dados mais relevantes do relatório de gestão dos SMTUC, retiramos alguns indicadores que corroboram o sentido da nossa afirmação. No plano dos princípios pretende-se, e bem, fazer dos transportes públicos uma alternativa atractiva, cada vez mais eficiente e capaz de responder às principais necessidades de mobilidade das populações que vivem e procuram a cidade. Porém um primeiro dado que evidencia alguma contradição é a diminuição do número de passageiros transportados em 0,9%. Embora pouco significativa em números absolutos, esta diminuição é bem mais significativa por aquilo que representa em termos de inversão de um sentido que se pretendia e desejava ir noutra direcção. O transporte privado continua a prevalecer sobre o transporte público, com todas as consequências nefastas para a qualidade do ambiente e vida dos cidadãos. A velocidade comercial dos transportes públicos (16,7%) continua baixa e tem dificuldade em aumentar, pois que o espaço circulatório da cidade é cada vez mais um espaço devassado e apropriado pelo automóvel. Igualmente baixa é a taxa de ocupação global da rede geral de transportes dos SMTUC (19,7%).

As ruas transformaram-se em autênticos esgotos de tráfego, onde os peões se sentem cada vez mais inseguros.

Para esta situação em muito contribui uma política errática e errada de sinais contraditórios que continua a escancarar as portas da cidade ao automóvel privado. Em vez de reduzir a circulação e o tráfego automóvel no centro da cidade, dificultando o estacionamento de longa duração e onerando progressivamente as respectivas tarifas, aumenta-se exponencialmente a oferta de estacionamento no centro da cidade, apelando à invasão pelo automóvel.

Em lugar de se criarem parques de estacionamento periféricos, estrategicamente situados e com interfaces à rede de transportes públicos urbanos, incentivando ao seu uso, fecham-se serviços de referência e qualidade superior como a Ecovia, a pretexto dos crescentes passivos de exploração, quando pouco ou nada se fez para tornar o serviço mais utilizado e economicamente sustentável.

É absolutamente imperioso desenvolver uma nova cultura de mobilidade e acessibilidades que torne, cada vez mais, compatível a coexistência de carros, peões e bicicletas devolvendo o centro da cidade em primeiro lugar às pessoas, reforçando o seu carácter de sociabilidade e convivencialidade marcas que sempre caracterizaram o espaço urbano e se têm vindo, progressivamente, a perder.

É perfeitamente possível criar mais percursos pedonais e cicláveis. Montar um sistema de empréstimo de bicicletas para pequenas deslocações na cidade, mediante um pagamento de uma taxa anual acessível. A cidade na sua maioria não é assim tão acidentada.

Suprema e incomportável contradição com uma política de transportes e acessibilidades ambiental e economicamente sustentável, tem sido a política de expansão urbana em direcção à periferia rural, com o progressivo abandono e degradação dos centros urbanos. A cedência à lógica do crescimento imobiliário conduz à criação de novas periferias e ao aumento dos concelhos limítrofes. Para além de absorverem as áreas agrícolas e florestais, deteriorando a envolvência e a paisagem envolvente da cidade, colocam em causa os próprios equilíbrios ambientais e a biodiversidade local e obrigam à necessidade de construção de novas infra-estruturas viárias. Os movimentos pendulares diários da população aumentam de forma exponencial e com eles o caos do tráfego rodoviário e as emissões de CO₂ com consequências profundamente negativas para o sistema de mobilidade e transportes e para a qualidade de vida e saúde dos cidadãos. Coimbra em lugar de se consolidar como cidade, reabilitando e revivificando o seu centro, desagrega-se e suburbaniza-se avançando sobre o território rural, descaracterizando-se e gerando novos problemas.

Não podemos deixar de manifestar, mais uma vez, a nossa profunda preocupação e as mais sérias reservas em face do desmesurado e injustificável aumento da área potencialmente urbanizável que resulta do processo de elaboração do Plano de Urbanização da cidade, actualmente em curso, no âmbito da revisão do actual PDM.

Em face destas evidências críticas, que se impõe por si, a qualquer política de bom senso, não admira que os resultados operacionais dos SMTUC, continuem a registar um crónico passivo, que este ano aumentou em 30,1% relativamente a 2005, atingindo 1.070.432,68 euros. O recurso ao aumento dos subsídios à exploração de forma a compensar a insuficiência de receitas próprias parece ser a única solução.

E pouco adianta clamar contra a flagrante injustiça e discriminação de que Coimbra, como aliás outras cidades, é vítima, relativamente à política de subsídios

do governo central que privilegia os cidadãos de Lisboa e Porto, em detrimento do resto do país.

Também de pouco vale apelar aos cidadãos para que utilizem mais os transportes públicos de modo a ajudar à sustentabilidade dos mesmos, quando todos os sinais que a Câmara dá, em termos de política de urbanismo, ordenamento do território, acessibilidades e transportes, vai no sentido contrário, favorecendo o transporte privado.

Torna-se, pois, necessário mudar de rumos e políticas, definindo uma estratégia global coerente, articulada e inteligível, em que deve assumir papel central e estruturante a construção de uma rede de eléctrico rápido de superfície. Esta sim, deve ser a exigência firme que a cidade deve fazer ao poder central, que tem de honrar os seus compromissos, publicamente assumidos.

A tónica da reivindicação deve assentar em torno do eléctrico rápido de superfície, qualquer que venha a ser a solução técnica mais adequada. A par desta reivindicação central, a Câmara deve cumprir aquilo que são competências suas e não do poder central: realizar os devidos estudos técnicos que conduzam à elaboração de planos de mobilidade à escala municipal, regional e de área metropolitana, comportando planos de deslocações urbanas pendulares, de circulação, de estacionamento, bem como de estratégias de semaforização que dêem prioridade aos transportes públicos urbanos e estudos de acessibilidades aos grandes pólos geradores de deslocações (HUC, Pólo I e II da UC).

Esta é a única forma, que se nos afigura correcta e viável, de compensar os cidadãos de Coimbra da injustiça e discriminação que os tem remetido à categoria de cidadãos de segunda ordem, face a Lisboa e ao Porto. Tudo o mais é circo mediático para consumo interno e agitativismo político inconsequente."

A terminar o debate o vereador do pelouro fez uns pequenos esclarecimentos levantados pelos deputados municipais.

Seguidamente foram colocados à votação os documentos, do seguinte modo:

Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2006:

a) Câmara Municipal de Coimbra:

A Assembleia Municipal deliberou, com trinta votos a favor, oito votos contra e quinze abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 16 de Abril corrente, o seguinte:

-Aprovar o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2006 da Câmara Municipal de Coimbra;

-Aprovar o inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respectiva Avaliação, reportados à data de trinta e um de Dezembro de dois mil e seis, elaborado no âmbito do POCAL, e no cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.

-Aprovar os documentos de prestação de contas, elaborados no âmbito do POCAL, e de acordo com a Resolução nº4/2001-2ª Secção-Instruções nº1/2001, do Tribunal de Contas e, em cumprimento do disposto na alínea c), do nº2, do artº 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.

-Aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício, que se cifra em € 8.003.925,69 (oito milhões, três mil, novecentos e vinte e cinco euros e sessenta e nove cêntimos) nas condições expressas no ponto 2.7.3. das notas do POCAL, concretamente:

- Transferência para a conta 59.005 – “Resultados Líquidos do Exercício de 2006”, do valor global do resultado líquido apurado no exercício.
 - Transferência para a conta 57.1 - "Reservas legais" - no valor de €400.196,28.
 - Manter na conta 59 - Resultados transitados, o valor remanescente.
 - Aprovar, como revisão do orçamento de 2007, a utilização do saldo de disponibilidades orçamentais apurado no exercício de 2006 no montante de € 3.442.323,06, em conformidade com o estabelecido na nota técnica 8.3.1.4 do POCAL e, em cumprimento das disposições conjugadas na alínea b) do nº2 do artº 53º e a alínea c) do nº2 do artº 64º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro alterado e republicado pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro”.
- Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

b)Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra:

A Assembleia Municipal deliberou, com trinta e cinco votos a favor, três votos contra e quinze abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 16 de Abril corrente, aprovar o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de dois mil e seis, dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 3 - Contratação de empréstimo a médio/longo prazo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2007:

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues (Bloco de Esquerda):

“A contratação deste novo empréstimo aparece justificada, fundamentalmente, pela possibilidade legal ora aberta: como “o município está muito longe de atingir qualquer dos limites máximos de endividamento permitidos... pretende-se aproveitar parte da capacidade de endividamento”.

Tal operação suscita, desde logo, dúvidas quanto à sua legalidade, mesmo nos termos do diploma citado na proposta. Aí se afirma que é permitido:

b) o endividamento de curto prazo (até um ano e até 10% da receita) para acorrer a dificuldades de tesouraria.

c) o endividamento de médio/longo prazo para aplicação em investimentos ou proceder ao reequilíbrio financeiro de investimentos (até 100% da receita e “prazo adequado à natureza das operações que visa financiar”).

Ora o que se pretende é um empréstimo de longo prazo-20anos-com um período de carência de um ano – para acorrer a dificuldades de tesouraria – vide despacho manuscrito do vereador Marcelo Nuno – e não financiar investimento, a cuja natureza concreta deveria adequar-se o prazo.

A argumentação aduzida confirma-o:”...que permita de imediato, solver os compromissos vencidos, por forma a desafogar a tesouraria municipal, estabelecer relações mais propícias com os fornecedores de imobilizado, solver as dívidas aos restantes fornecedores e diminuir os custos de financiamento directos e indirectos actuais”.

Tendo em conta a discordância relativamente à perspectiva de que o endividamento deva ocorrer só para “aproveitar” essa possibilidade legal, a recusa do princípio de onerar injustificadamente o futuro (20 anos) para facilitar imediatamente as coisas (período de carência de 1 ano) e ainda as reservas quanto à própria legalidade da operação, votamos contra.”

Assim, a Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, com quarenta e cinco votos a favor, dois votos contra e seis abstenções e sob proposta da Câmara Municipal

datada de 16 de Abril corrente, e nos termos da al. d) do nº2 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar a contratação de empréstimo de médio/longo prazo, no valor de 12.500.000€ (doze milhões e quinhentos mil euros) tendo como finalidade o financiamento do Plano Plurianual de Investimentos do Município de Coimbra para o ano de 2007.

Mais foi deliberado, recomendar à Câmara consultar o maior número possível (não inferior a três) de instituições de crédito.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

A proposta da Câmara, bem como as informações técnicas de suporte à deliberação, dada a sua extensão fazem parte integrante desta certidão.

Declaração de voto do deputado Pinto Ângelo:

"Somos a favor da contratação deste empréstimo, porque preferimos de longe que a Câmara fique a dever à banca do que fique a dever aos fornecedores, inclusive os impactos sociais que pode ter em todo o tecido social coimbrão".

O Presidente da Assembleia disse que fazia o mesmo juízo da situação.

Ponto 4 - Optimização do empréstimo para o Estádio Municipal/Euro 2004/Operação de refinanciamento:

Intervenção da deputada municipal Manuela Rodrigues (Bloco de Esquerda):

"Se as condições do empréstimo são desfavoráveis, nomeadamente por a taxa de juro ser elevada, parece ser boa opção a renegociação do empréstimo para, como se toma por premissa, reduzir os encargos financeiros da dívida. Assim, estaríamos de acordo com uma proposta que tivesse por base uma taxa de juros mais favorável e conduzisse efectivamente a uma redução dos encargos. Seria aceitável ainda a negociação de uma prestação fixa, sem prolongamento do prazo.

Porém, o que se propõe é bem diverso: o chamado diferimento dos encargos financeiros significa que, pelo contrário, os encargos financeiros aumentam em mais de quatro milhões de euros! (cf. versão B/versão F) Note-se que a versão F, que se traz à votação tem como base juros de 3,8%, enquanto as versões B e D, embora titulado serem calculadas "nas condições propostas" têm como base juros de 3,9%. As versões A, C e E, calculadas com base "nas condições actuais" são falsas alternativas, pois não faz qualquer sentido alterar os termos do contrato não alterando a taxa de juros.

Intervenção do deputado municipal Martim Portugal (PS):

"Propõe-se aqui vários cenários para pagar esta dívida, diferindo o pagamento por mais 15 anos, até 2027. O que significa no cenário mais gravoso que quase se paga dois estádios municipais.

Tenho comigo um inventário que o Sr. Dr. Marcelo Nuno preparou, ao qual faltam alguns dados em relação às páginas iniciais, há aqui um indicar de dados que depois não constam, mas de qualquer maneira é suficiente para poder pedir a sua ajuda para eu entender isto.

Nos activos da Câmara aparecem valores absolutamente espantosos, disse à pouco que tentaram vender e não conseguiram vender terrenos. Mas eu penso que se houver uma política activa e sempre muito atenta, será possível reduzir esta dívida da Câmara recorrendo à venda de algum desse activo. Não será no prazo de 15 dias, mas talvez em 2, 3 ou 4 anos vender algum deste activo.

Qualquer empresa quando começa a ter dificuldades o que faz é emagrecer, a Câmara de Coimbra só pode emagrecer vendendo activo.

Entendo que esta dívida, a Câmara não fez o mínimo de esforço para resolver as coisas ou atenuar este compromisso e assim sendo o meu voto é muito claramente não.

Acho que esta dívida é assumida por uma bandeira política, percebo as dificuldades da Câmara e por isso no anterior processo optámos pelo voto à abstenção, neste entendo que é político e o nosso voto é não."

A Assembleia Municipal de Coimbra, deliberou, com trinta e três votos a favor, seis votos contra e oito abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 16 de Abril corrente, e nos termos da alínea. d) do nº2 do artº53º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, proceder à alteração do contrato celebrado em 4 de Junho de 2002 com o DEXIA Credit Local, no valor de 35.000.000€ (trinta e cinco milhões de euros) para financiamento da Construção do Estádio Municipal de Coimbra no âmbito do Euro 2004.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 6- Desafecção do domínio público municipal de uma parcela de terreno no Nó das Lages - Santa Clara:

Para este processo e sob proposta do Executivo Municipal datada do passado dia dezasseis de Abril, a Assembleia Municipal de Coimbra aprovou por unanimidade, a desafecção do domínio público municipal e a sua integração no domínio privado do Município da parcela de terreno destinada a construção, situada em Rotunda das Lages, freguesia de Santa Clara, com a área de 587,90m², confrontando de Norte com domínio público municipal e arruamento projectado, do Sul com Carlos Alberto Castilho Martins Penha e outros, do Nascente com arruamentos projectados e do Poente com domínio público municipal.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 7 – Cedência de terrenos em direito de superfície:

a) Parcela de terreno na freguesia de Santo António dos Olivais à Associação Cultural e Recreativa de Coimbra:

Relativamente a este processo e sob proposta do Executivo Municipal datada de 19 de Março último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência gratuita em direito de superfície de um prédio, à Associação Cultural e Recreativa de Coimbra, nas seguintes condições:

-Prédio urbano, parcela de terreno destinada a construção urbana, situada na Quinta da Fonte, com a área de 943m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o nº7332/20061103, freguesia de Santo António dos Olivais, artigo matricial nº12479, a confrontar do Norte com linha de água, do Sul com Rua D. João II, do Nascente com Rua do Casal Pequeno/Rua das Romeiras e do Poente com domínio público municipal.

-O direito de superfície é pelo prazo de quarenta anos, renovável por períodos de vinte anos a pedido da Associação Cultural e Recreativa de Coimbra e após aprovação da Câmara.

-O objecto é a construção de um equipamento destinado a fins sociais compreendendo as valências - Cultural, Desportiva e Recreativa.

-A obra terá de ser iniciada no prazo de três anos após a aprovação do projecto de arquitectura e estar concluída no prazo máximo de seis anos após o seu licenciamento, incluindo todos os arranjos exteriores.

-Em caso de incumprimento dos prazos referidos ou se for dado ao terreno ou edificações nele construídas fim diferente do estipulado, o prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra, sem lugar a qualquer indemnização.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

b)Parcela de terreno na freguesia de Santo António dos Olivais à A.P.P.C. (Núcleo Regional do Centro):

Relativamente ao processo acima identificado e sob proposta do Executivo Municipal datada de 19 de Março último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência gratuita em direito de superfície de um prédio, ao *Núcleo Regional do Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral*, nas seguintes condições:

-Prédio urbano, situado na Urbanização da Quinta de S. Domingos, parcela de terreno destinada a equipamento, com a área de 3450m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n°729, freguesia de Santo António dos Olivais, artigo matricial urbano n°7908, a confrontar do Norte com Herdeiros de António Cortez, do Sul com Seminário e arruamento, do Nascente com Seminário e do Poente com arruamento.

-O direito de superfície é pelo prazo de setenta anos, renovável por períodos de vinte anos a pedido do *Núcleo Regional do Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral* e após aprovação da Câmara.

-O objecto é a construção de um equipamento destinado a fins sociais compreendendo as valências - Lar Integrado para Pessoas com Deficiência e suas famílias.

-A obra terá de ser iniciada no prazo de três anos após a aprovação do projecto de arquitectura, a ser elaborado por técnicos que reúnam as condições legais para o efeito, a ser presente aos competentes Serviços no prazo de um ano, prazos contados a partir da data de celebração da escritura de cedência.

-A conclusão da obra no prazo máximo de seis anos após o seu licenciamento, incluindo todos os arranjos exteriores.

-Em caso de incumprimento dos prazos referidos ou se for dado ao terreno ou edificações nele construídas fim diferente do estipulado, o prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra, sem lugar a qualquer indemnização.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

c)Parcela de terreno no Alto de S. Miguel-Igreja do Ingote - Eiras:

Para o processo mencionado em epígrafe e sob proposta do Executivo Municipal datada de 16 de Abril, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a cedência gratuita em direito de superfície de um prédio, à Igreja Reitoral de Nossa Senhora de Fátima, em Coselhas, nas seguintes condições:

-Prédio urbano, situado no Ingote (Alto de S. Miguel), parcela de terreno destinada a construção urbana, com a área de 5703,00m², a destacar do prédio urbano com a área de 9515,00m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Coimbra sob o n°514/19881026, freguesia de Eiras, artigo matricial n°7908, a confrontar do Norte com Herdeiros de António Cortez, do Sul com Seminário e arruamento, do Nascente com Seminário e do Poente com arruamento.

-O direito de superfície é pelo prazo de setenta anos, renovável por períodos de vinte anos a pedido do *Núcleo Regional do Centro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral* e após aprovação da Câmara.

-O objecto é a construção de um equipamento destinado a fins sociais compreendendo as valências - Lar Integrado para Pessoas com Deficiência e suas famílias.

-A obra terá de ser iniciada no prazo de três anos após a aprovação do projecto de arquitectura, a ser elaborado por técnicos que reúnem as condições legais para o efeito, a ser presente aos competentes Serviços no prazo de um ano, prazos contados a partir da data de celebração da escritura de cedência.

-A conclusão da obra no prazo máximo de seis anos após o seu licenciamento, incluindo todos os arranjos exteriores.

-Em caso de incumprimento dos prazos referidos ou se for dado ao terreno ou edificações nele construídas fim diferente do estipulado, o prédio (incluindo as benfeitorias existentes no terreno) reverterá para o Município de Coimbra, sem lugar a qualquer indemnização.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Ponto 8 - Permuta de duas parcelas de terreno 2 e 2A do IC3-Nó da Boavista/E.N.17:

Para este processo e sob proposta do Executivo Municipal datada de 19 de Março último, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, aprovar o seguinte:

. Plantas cadastrais:

-Prédio urbano pertencente ao Município de Coimbra, situado em Quinta de Grijó, parcela de terreno destinada à construção, com área de 636 m², descrito na 1.^a CRPC sob o n.º 7315/20061031, Freguesia de Santo António dos Olivais, artigo matricial n.º12482, a confrontar do Norte, Sul, Nascente e Poente com o domínio público municipal;

-Parcela de terreno P2, da obra do IC3 – Nó da Boavista / EN 17 (Ponte da Portela), com área de 1330m² a destacar do prédio urbano descrito na 1.^a CRPC sob o n.º 208/19850624, Freguesia de Santo António dos Olivais, artigo matricial n.º 10627, a confrontar a Norte com SMASC, do Sul com Parcela P 2 A, do Nascente com domínio público municipal e do Poente com Paulo Jorge Pereira da Cruz;

-Parcela de terreno P2 A, da obra do IC3 – Nó da Boavista / EN 17 (Ponte da Portela), com área de 1045m² a destacar do prédio rústico descrito na 1.^a CRPC sob o n.º 207/19850624, Freguesia de Santo António dos Olivais, artigo matricial n.º1975, a confrontar do Norte com parcela P 2, do Sul com António Vasco Bobone e outras, do Nascente com domínio público municipal e do Poente com Paulo Jorge Pereira da Cruz.

. A permuta, do prédio urbano pertencente ao Município de Coimbra, descrito na planta cadastral acima, com o valor de 352.390, 00 €, pelas parcelas de terreno 2 e 2A, da obra do IC3 – Nó da Boavista / EN 17 (Ponte da Portela), também constantes nas plantas cadastrais em epígrafe, sendo a primeira com área de 1330m² e valor de 53.811,80 € e a segunda, com área de 1045m² e valor de 42.280, 70 €, sendo o valor a pagar por Paulo Jorge da Cruz ao Município de Coimbra, no acto da escritura pública de permuta, 256.297,50 €;

. O destaque referido seja efectuado ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro com redacção do Decreto-Lei n.º 177/2001 de 04 de Junho.

Ponto 9 - Regulamento de Gestão do Parque Industrial de Taveiro:

Não havendo qualquer comentário por parte dos deputados municipais, a Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara datada de 29 de Agosto de 2005, aprovar o Regulamento de Gestão do Parque Industrial de Taveiro.

Deliberação tomada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.

Este processo dado a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Ponto 10 - Regulamento do Parque Municipal de Campismo:

Relativamente ao Regulamento do Parque Municipal de Campismo o Presidente da Assembleia disse que este processo não carecia da deliberação deste órgão, pelo que, apenas a Assembleia Municipal tomava conhecimento.

A propósito deste assunto a deputada Manuela Rodrigues apresentou a sugestão de que os serviços de lavandaria e de balneário fossem abertos ao público assim como já estão alguns serviços do Parque de Campismo. Há todo o interesse que os municípios de Coimbra tenham esses serviços públicos, como outras cidades.

Outra sugestão era o facto de os campistas enquanto instalados no Parque tenham acesso aos transportes públicos colectivos de Coimbra.

Ponto 11 - Suspensão Parcial do Plano Director Municipal e Medidas Preventivas/Plano Pormenor da Estaco e Zona Envolvente - rectificação da deliberação:

Relativamente a este assunto a Assembleia Municipal deliberou corrigir a deliberação tomada por esta Assembleia em 21-09-2005 sobre a "Suspensão Parcial do PDM e Medidas Preventivas/Plano de Pormenor da Estaco e Zona Envolvente" passando a ter a seguinte redacção, conforme informação nº15/2007 da Divisão de Ordenamento e Estratégia e aprovada pela Câmara Municipal em 05-02-2007.

Deliberação tomada por maioria com 2 votos contra, 4 abstenções e 40 votos a favor e em minuta para efeitos imediatos.

Aprovação de acta:

Antes de terminar a reunião o Presidente da Assembleia colocou à votação a acta da reunião realizada em 27 de Dezembro de 2006, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com os ajustes tidos por convenientes dos deputados municipais.

E sendo vinte e uma horas o Presidente da Assembleia encerrou a sessão da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.